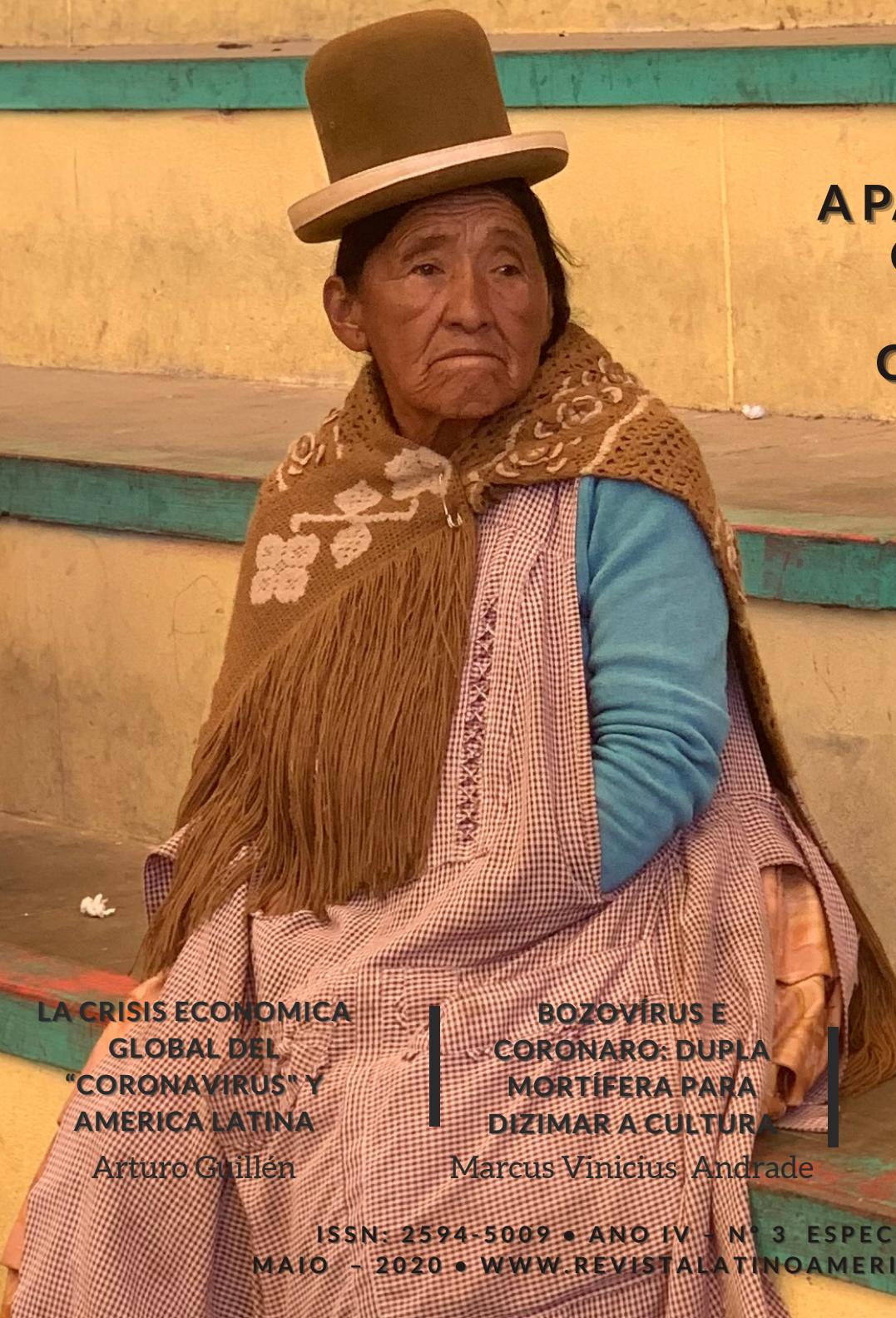


LA PANDEMIA QUE
ESTREMECE AL
CAPITALISMO
Claudio Katz

BRASIL: COVID-19
DESNUDA
LA CRISIS
Luciano Wexell Severo

ELEIÇÕES NA AMÉRICA
DO SUL EM TEMPOS DE
PANDEMIA
Alexandre Andreatta



A PANDEMIA DA COVID-19 E A CRISE DO CAPITALISMO

LA CRISIS ECONOMICA
GLOBAL DEL
"CORONAVIRUS" Y
AMERICA LATINA
Arturo Guillén

BOZOVÍRUS E
CORONARO: DUPLA
MORTÍFERA PARA
DIZIMAR A CULTURA
Marcus Vinicius Andrade

OS RUMOS DA
ECONOMIA E A
PANDEMIA DO
CORONAVIRUS
Sérgio Cruz



EDITORIAL

POR PORTUGUÊS

Nesta edição, não faremos o clássico editorial. Simplesmente, transcreveremos trechos da matéria intitulada “Pesquisa da Universidade de Barcelona destaca as surpreendentes semelhanças entre a Pandemia de Coronavírus e a Praga de Justiniano que assolou o mundo em 541”, de autoria de Vicente G. Olaya, publicada pelo Jornal EL PAÍS em 11 de abril de 2020. A história se repete? Talvez não... Nossos articulistas, ao traçarem os rumos da economia e da sociedade nesse período de pandemia, sinalizam que podemos aprender com as lições do passado.

Uma pandemia que chegou do estrangeiro se espalhava, rapidamente, dos portos pelos quais chegavam os passageiros infectados — assintomáticos ou não —, sem nenhum medicamento que pudesse pará-la, todos os habitantes confinados em suas casas para evitarem contágios, a paralisação total da economia, o exército vigiando as ruas, médicos infectados trabalhando à exaustão, milhares de mortos diários sem enterrar durante muitos dias, “pois os que cavavam já não davam conta...”.

Não é a crônica do coronavírus que afeta o mundo em 2020. É o relato feito por Procópio de Cesareia sobre o surto da peste bubônica que assolou o mundo conhecido entre 541 e 544: da China às costas da Hispânia. O estudo *La plaga de Justinià, segons el testimoni de Procopi*, (A Praga de Justiniano, segundo o Testemunho de Procópio), de Jordina Sales Carbonell, pesquisadora da Universidade de Barcelona, devolveu à atualidade esse relato de 1.500 anos atrás, com moral da história. “Em 1º de abril de 2020, certas semelhanças e paralelos no comportamento humano contra um vírus e suas consequências parecem tão próximas e atuais para nós que, apesar da tragédia que estamos enfrentando na primeira pessoa, nunca podemos parar de nos maravilhar com a forma como a história se repete”, escreve este arqueólogo e historiador no Institut de Recerca en Cultures Medievals.

Em 541, durante o reinado do bizantino Justiniano, explodiu um surto de peste bubônica no império. “O alarme surgiu no Egito, onde a infecção se expandiu de modo rápido e letal”. Procópio falou sobre isso em seu livro História das Guerras, no qual relatou as campanhas militares de Justiniano pela Itália, África do Norte, Hispânia... e como os soldados espalhavam a pandemia pelos diversos portos em que chegavam, fundamentalmente da Europa, África do Norte, o Império Sassânida (Pérsia) e, de lá, à China.

Procópio, como conselheiro do general bizantino Belisário, a quem acompanhou em suas campanhas, se transformou assim em “testemunha privilegiada” de uma pandemia que recebeu o nome de praga de Justiniano: “Foi declarada uma epidemia que quase acabou com todo o gênero humano da qual não há forma possível de dar nenhuma explicação com palavras, sequer de pensá-la, a não ser nos remitir à vontade de Deus”, escreveu o historiador bizantino. “Essa epidemia”, continuou, “não afetou uma parte limitada da Terra, um grupo determinado de homens e se reduziu a uma estação concreta do ano [...], e sim se espalhou e se alimentou em todas as vidas humanas, por diferentes que fossem as pessoas das outras, sem excluir naturezas e idade”. Desse modo, a doença não tinha limites, “até aos extremos do mundo, como se tivesse medo de que algum recanto escapasse”.

Um ano após ser detectada, a peste chegou à capital do Império, Bizâncio (atual Istambul), “assolando-a durante quatro meses”. “O confinamento e o isolamento eram totais”, descreve Sales Carbonell, “já que era mais do que obrigatório aos doentes. Mas também se impôs uma espécie de auto-confinamento, espontâneo e intuitivamente voluntário, para o restante, em boa parte, motivado pelas próprias circunstâncias”. De fato, “não era nada fácil ver alguém nos locais públicos, pelo menos em Bizâncio, uma vez que todos os saudáveis ficavam em casa, cuidando dos doentes e chorando os mortos”, de acordo com Procópio. (...)

A economia, enquanto isso, desabou: “As atividades cessaram e os artesãos abandonaram todos os empregos e os trabalhos dos quais se ocupavam”. As autoridades foram incapazes de organizar serviços essenciais. “Parecia muito difícil conseguir pão e qualquer outro alimento, de modo que, para alguns doentes, o desenlace final da vida foi, sem dúvida, prematuro, pela falta de artigos de primeira necessidade”, escreveu o bizantino em História das Guerras. “Muitos morriam porque não havia quem cuidasse deles”, já que as pessoas responsáveis pela emergência “caiam esgotadas por não poderem descansar e sofrer constantemente. Por isso, todos se compadeciam mais delas do que dos doentes”.

Justiniano, pela situação desesperada, distribuiu “pelotões de guardas do palácio” pelas ruas e nomeou seu chefe de gabinete autorizado, que “com o dinheiro do tesouro imperial e até colocando de seu próprio bolso sepultava os corpos dos que não tinham ninguém que os ajudasse”. O próprio imperador se infectou, mas superou a doença e continuou governando durante mais uma década.

Os picos de mortalidade subiram de 5.000 a 10.000 vítimas por dia, e até mais. De tal maneira que, “ainda que, em um primeiro momento, cada um se ocupasse dos mortos de sua casa, o colapso e o caos se tornaram inevitáveis e os cadáveres também eram jogados nas tumbas dos outros, às escondidas e com violência”. Mesmo os ilustres, lembra Procópio, “permaneceram insepultos durante muitos dias”, de modo que “os corpos se amontoaram de qualquer maneira nas torres das muralhas”. Não havia cortejos e rituais funerários para eles.

Quando, por fim, a pandemia foi superada, surgiu, lembra a historiadora, um aspecto positivo: “Os que haviam sido partidários das diversas facções políticas abandonaram as críticas mútuas. Mesmo aqueles que antes realizavam ações baixas e malvadas deixaram, na vida diária, toda a maldade, uma vez que a necessidade imperiosa lhes fazia aprender o que era a honradez”, nas palavras de Procópio, ainda que após algum tempo, voltaram aos velhos hábitos (...). “Este ponto justo da poesia nos dá um vislumbre de otimismo e a esperança de que, talvez, nos permitam avançar e não tropeçar com a mesma pedra de novo”, a pesquisadora termina mais com ilusão do que com certeza.

A noss@s leitor@s, um convite a meditar!

Luisa Moura
Editora-chefe

EDITORIAL

ESPAÑOL

En esta edición, no haremos el clásico editorial. Simplemente transcribiremos extractos del artículo titulado "La investigación de la Universidad de Barcelona destaca las sorprendentes similitudes entre la pandemia del virus Corona y la peste de Justiniano que plagaron al mundo en 541", escrito por Vicente G. Olaya, publicado por el periódico EL PAÍS el 11 de abril de 2020. ¿Se repite la historia? Quizás no... Pero nuestros escritores, al rastrear el curso de la economía y la sociedad en este período pandémico, señalan que podemos aprender de las lecciones del pasado.

Una pandemia que llegó del extranjero y que se extendía rápidamente desde los puertos adonde arribaban los pasajeros infectados —asintomáticos o no—, sin ningún remedio médico disponible que pudiese pararla, todos los habitantes confinados en sus casas para evitar contagios, la paralización total de la economía, el ejército vigilando las calles, médicos contagiados trabajando hasta la extenuación, miles de fallecidos diarios sin enterrar durante “muchos días porque quienes cavaban ya no daban abasto...”.

No es la crónica del coronavirus que afecta en 2020 al mundo. Es el relato que Procopio de Cesarea realizó del brote de peste bubónica que asoló el mundo conocido entre el 541 y el 544: de China a las costas de Hispania. El estudio La plaga de Justinià, segons el testimoni de Procopi, (La plaga de Justiniano según el testimonio de Procopio), de Jordina Sales Carbonell, investigadora de la Universidad de Barcelona, ha devuelto a la actualidad este relato de hace 1.500 años, con moraleja. “A día 1 de abril de 2020, determinadas similitudes y paralelismos del comportamiento humano frente a un virus y sus consecuencias nos parecen tan cercanas y actuales que, a pesar de la tragedia que estamos viviendo en primera persona, nunca podemos dejar de maravillarnos de cómo se repite la historia” escribe esta arqueóloga e historiadora del Institut de Recerca en Cultures Medievals.

En el 541, durante el reinado del bizantino Justiniano, se desató un brote de peste bubónica en el imperio. “La alarma surgió en Egipto, desde donde la infección se expandió de forma rápida y letal”. Procopio lo reflejó en su libro Sobre las guerras, donde relataba las campañas militares de Justiniano por Italia, África del Norte, Hispania... y cómo los soldados iban extendiendo la pandemia por los distintos puertos a los que llegaban, fundamentalmente de Europa, África del Norte, el Imperio Sasánida (Persia) y, desde allí, a China.

Procopio, como consejero del general bizantino Belisario, al que siguió en sus campañas, se convirtió así en “testigo privilegiado” de una pandemia que recibió el nombre de plaga de Justiniano: “Se declaró una epidemia que casi acaba con todo el género humano de la que no hay forma posible de dar ninguna explicación con palabras, ni siquiera de pensarla, salvo remitirnos a la voluntad de Dios”, escribió el historiador bizantino. “Esta epidemia”, continuó, “no afectó a una parte limitada de la Tierra, ni a un grupo determinado de hombres, ni se redujo a una estación concreta del año [...], sino que se esparció y se cebó en todas las vidas humanas, por diferentes que fueran unas personas de otras, sin excluir ni naturalezas ni edad”. Así, la enfermedad no conocía límites, “hasta los extremos del mundo, como si tuviese miedo de que se le escapara algún rincón”.

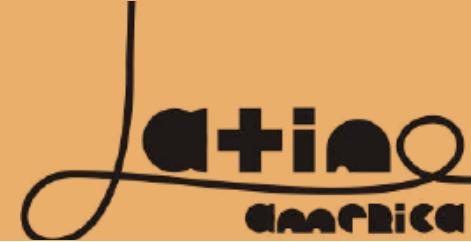
Un año después de ser detectada, la peste llegó a la capital del Imperio, Bizancio (actual Estambul), “asolándola durante cuatro meses”. “El confinamiento y aislamiento eran totales”, describe Sales Carbonell, “pues era más que obligatorio para los enfermos. Pero también se impuso una especie de auto confinamiento espontáneo e intuitivamente voluntario para el resto, en buena parte motivado por las propias circunstancias”. De hecho, “no era nada fácil ver a alguien en los lugares públicos, al menos en Bizancio, sino que todos los que estaban sanos se quedaban en casa, cuidando de los enfermos o llorando a los muertos”, según Procopio. Y lo hacían “con ropa cualquiera, como simples particulares”, lo que la historiadora de la Universidad de Barcelona, traduce con cierta sorna “como en chándal de la época”.

La economía, mientras tanto, se derrumbaba: “Las actividades cesaron y los artesanos abandonaron todos los empleos y los trabajos que llevaban entre manos”. Pero a diferencia de hoy en día, las autoridades fueron incapaces de organizar unos servicios esenciales. “Parecía muy difícil obtener pan o cualquier otro alimento, por lo que, para algunos enfermos, el desenlace final de la vida fue, sin lugar a dudas, prematuro, debido a la falta de artículos de primera necesidad”, escribió el bizantino en *Sobre las guerras*. “Muchos se morían porque no tenían a nadie que los cuidara”, ya que las personas que atendían la emergencia “caían agotadas al no poder descansar y sufrir constantemente. Por eso, todos se compadecían más de ellos que de los enfermos”.

Justiniano, dada la desesperada situación, distribuyó entonces “pelotones de guardias de palacio” por las calles y nombró a su jefe de gabinete refrendario, el “cual con el dinero del tesoro imperial e incluso poniendo de su propio bolsillo sepultaba los cuerpos de los que no tenían a nadie que se ocupara”. El mismo emperador se infectó, aunque superó la enfermedad, y continuó gobernando durante más de un decenio.

Los picos de mortandad subieron de 5.000 a 10.000 víctimas al día, e incluso más. De tal manera que, “aunque en un primer momento cada uno tenía cuidado de los muertos de su casa, el colapso y el caos se convirtieron en inevitables y los cadáveres se lanzaban también a las tumbas de otros, a escondidas o con violencia”. Incluso los ilustres, recuerda el Procopio, “permanecieron sin sepultar durante muchos días”, así que “los cuerpos se amontonaron de cualquier manera en las torres de las murallas”. No habría cortejos ni ritos funerarios para ellos.

Cuando finalmente se superó la pandemia, surgió, recuerda la historiadora, un aspecto positivo: “Quienes habían sido partidarios de las diversas facciones políticas abandonaron los reproches mutuos. Incluso aquellos que antes se entregaban a acciones bajas y malvadas dejaron, en la vida diaria, toda maldad, pues la necesidad imperiosa les hacía aprender lo que era la honradez”, en palabras de Procopio, aunque al cabo de un tiempo volvieron a las andadas. “Este punto justo de poesía nos hace vislumbrar el optimismo y la esperanza de que tal vez nos permitirán salir adelante y no volver a tropezar de nuevo con la misma piedra”, termina la experta más con ilusión que con certeza.



Conselho Editorial:

Alai Diniz
Carlos Alberto Santos
Célio Bermann
Gentil Corazza
Ildo Sauer
Luciano Wexell Severo
Marcus Vinicius de Andrade
Nilson Araújo de Souza
Vitorio Oxilia
Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Sidney Ferreira Leite

Expediente:

Luisa Moura - Editora Chefe
Alexandre Andreatta – Editor de Integração
Elissandro Santana – Editor de Meio Ambiente
Luciano Wexell Severo –Editor de Economia e Desenvolvimento
Mariana Moura – Editora de Ciencia e Tecnologia

Lia Bressan – Chefe de redação
Alexandre Souza – Ilustrador e Diagramador
Ana Marcondes – Site

Fotos: Alexandre Andreatta

www.revistalatinoamerica.com
contatorevistalatinoamerica@gmail.com

SUMÁRIO —

ANO IV – N° 3 ESPECIAL

A PANDEMIA DO COVID-19 E A CRISE DO CAPITALISMO

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

- 02** La pandemia que estremece al capitalismo
Claudio Katz
- 08** Brasil: COVID-19 desnuda la crisis
Luciano Wexell Severo
- 14** La crisis económica global del "coronavirus" y América Latina
Arturo Guillén

18

Um tema: Os rumos da economia e a pandemia do Coronavírus e duas entrevistas com Nilson Araújo de Souza para o Jornal Hora Do Povo
Sergio Cruz

ARTE E CULTURA

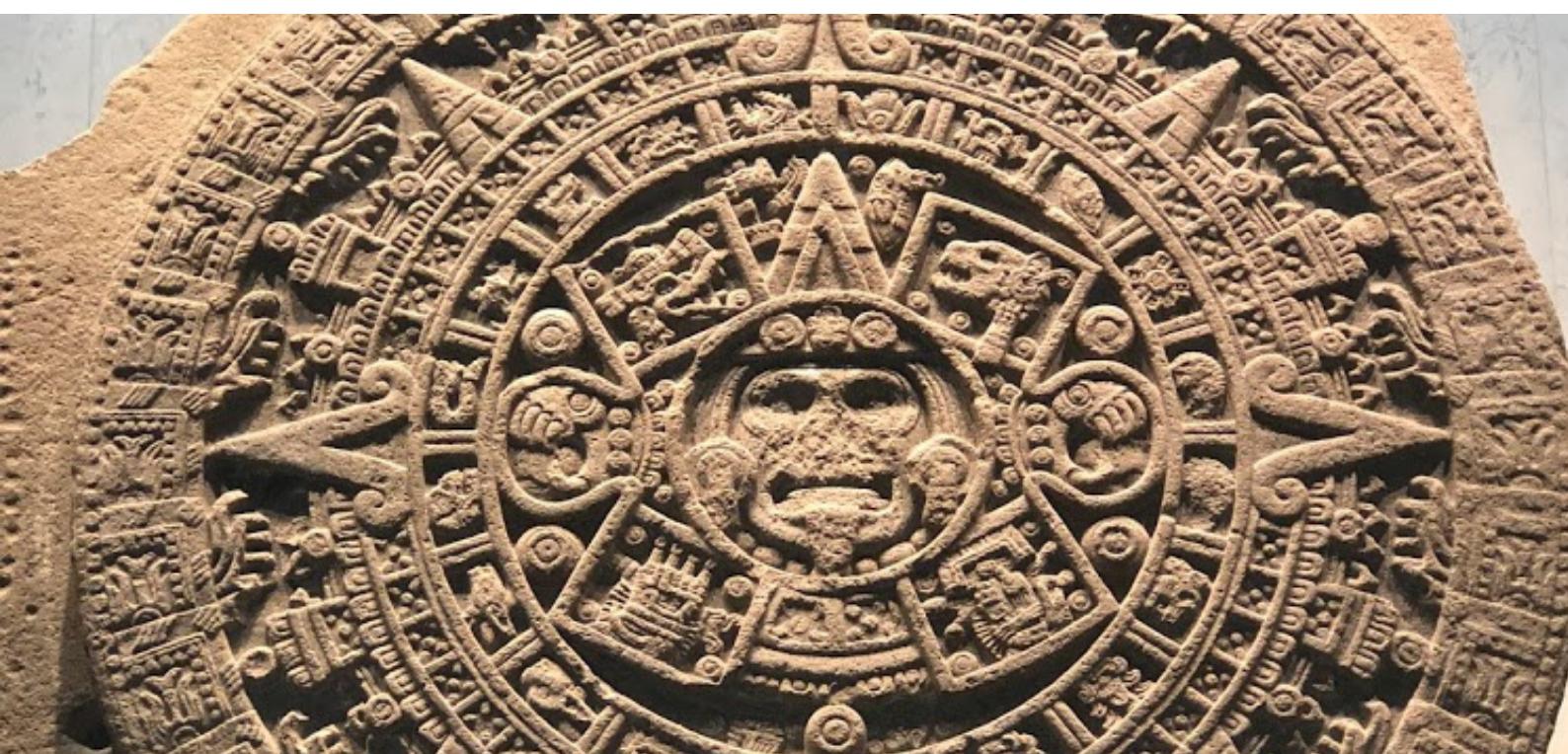
28

Bozovírus e coronaro: Dupla mortífera para dizimar a cultura
Marcus Vinicius De Andrade

POLÍTICA E SOCIEDADE

28

Eleições na América do Sul em tempos de pandemia
Alexandre Andreatta





La pandemia que estremece al capitalismo

CLAUDIO KATZ

El coronavirus es una calamidad natural potenciada por el capitalismo.

Desde hace muchos años se esperaba un cataclismo semejante como consecuencia del cambio climático, el calentamiento global, las inundaciones o las sequías.

Pero la catástrofe irrumpió a través de una pandemia, en un sistema económico-social que deteriora la naturaleza, corroe la salud y desprotege a los vulnerables.

Lo más impactante de la infección es la velocidad y escala de los contagios. Como aún no ha concluido la primera oleada de irradiación se desconoce la peligrosidad del virus. Pero es evidente que supera los efectos de una gripe corriente.

Hay más de mil millones de personas encerradas en sus hogares, en un inédito experimento social de confinamiento. El antiguo antídoto de las cuarentenas ha reaparecido a pleno.

El estrago natural en curso no equivale a una guerra. Aunque la intervención que despliegan los estados presenta muchas semejanzas con escenarios de conflagración, en el primer caso impera la protección y en el segundo la destrucción de vidas humanas. En lugar de batallas y bombardeos hay resguardo de víctimas y socorro de afectados.

La analogía con la guerra es muy peligrosa. La utiliza Trump para crear un clima de hostilidad contra el “virus de China” y la fomentan los derechistas para resucitar los viejos estigmas del colonialismo.

Con diatribas racistas contra el “cólera asiático” se acusaba en el siglo XIX a los países orientales de expandir la infección.

Los mensajes de batalla contra un “enemigo invisible” facilitan la militarización. Incluyen peligrosas analogías con la “guerra al terrorismo”, que muchos gobiernos occidentales instalaron para propagar el miedo frente a un agresor omnipresente e indetectable. La pandemia no es una conspiración, un castigo divino o un acontecimiento azaroso. Constituye un avatar de la naturaleza que asume dimensiones gigantescas por los desequilibrios que genera el capitalismo contemporáneo.

DETERMINANTES ECONÓMICOS

El demoledor impacto económico de la pandemia está a la vista, pero el coronavirus no generó esa eclosión. Sólo detonó tensiones previas de las finanzas y la producción.

Desencadenó en primer término otro estallido de la financiarización. El gran divorcio entre el bajo crecimiento mundial y la continuada euforia de las Bolsas anticipaba un convulsivo desarme de otra burbuja. Era inminente la devaluación de los capitales inflados durante la última década, mediante recompras de acciones y especulaciones con bonos. Pero esa previsible conmoción financiera asumió una envergadura descomunal.

Esta vez el desplome de los mercados obedece más a los pasivos acumulados por las empresas (deuda corporativa) y los estados (deuda soberana), que a los desbalances bancarios o al endeudamiento de las familias. A diferencia del 2008, la crisis empieza en las compañías y se proyecta a los bancos, invirtiendo la secuencia de la década pasada. Las empresas no pueden afrontar el pago de intereses con sus ganancias corrientes(3).

La sobreproducción es el segundo desequilibrio que irrumpió junto a la pandemia, con un gran desplome del precio del petróleo. En los últimos dos años el excedente de mercancías fue determinante del enfrentamiento comercial entre Estados Unidos y China.

El estallido actual ha interrumpido los suministros y quebrantado las cadenas globales de valor. Se ha transparentado la gran dependencia mundial de los insumos fabricados en Oriente y la enorme incidencia de los sobrantes que acumula China.

El coronavirus ha detonado, por lo tanto, las tensiones generadas por la financiarización y la sobreproducción. Pero la magnitud de la crisis obedece a otros desequilibrios gestados en las últimas cuatro décadas.

Es evidente que la globalización aceleró la tradicional transmisión de enfermedades a través de las rutas comerciales. La expansión de la aviación incrementó en forma exponencial el número de viajeros y la consiguiente multiplicación de los contagios. La pandemia se traslada siguiendo los circuitos del capital. Hay 51.000 empresas de todo el mundo con proveedores en Wuhan y la infección ha transitado por un mapa de concentraciones fabriles y centros de almacenamiento.

En el Medioevo la peste negra tardó una década en propagarse y en 1918-19 la gripe española se difundió al cabo de varios meses. En cambio en la era del just in time, el coronavirus contaminó a 72 países en muy pocos días (4).

También la urbanización ha potenciado la diseminación de infecciones, a través de aglomeraciones y hacinamientos de la fuerza de trabajo, que deprimen las respuestas inmunitarias.

Pero los especialistas atribuyen mayor incidencia en la generación de la pandemia actual, a la creciente destrucción del hábitat de las especies silvestres. Esta demolición es un resultado de la enceguecida industrialización de actividades agropecuarias(5). Ese proceso multiplica la irradiación de bacterias y la expansión de enfermedades derivadas del quebranto de la biodiversidad. La deforestación ha incrementado en forma exponencial la transmisión de virus por el creciente contacto de los seres humanos con animales encerrados.

Los dos brotes del Ébola (2013-2016) en África occidental y 2018 en la República Democrática del Congo), emergieron cuando la expansión de nuevas industrias de productos primarios desplazó a las poblaciones originarias de los bosques, perturbando los ecosistemas locales.

El exótico hallazgo de un murciélagos infectando comidas en los mercados asiáticos, induce a olvidar la frecuente transmisión de bacterias en los centros corrientes de producción. Allí se efectiviza el ingreso habitual de los patógenos a la cadena alimentaria(6).

Los estudiosos enfatizan la estrecha relación de los distintos virus, con un modelo de industrialización ganadera que enriquece a las empresas multinacionales. Esas compañías impusieron la reducción de las inspecciones sanitarias y transfieren a la población, los costos de su mortífero modelo de diseminación de enfermedades. Toda la sociedad termina solventado con graves padecimientos, las altísimas ganancias obtenidas por la agro-industria(7).

Esa actividad ha exacerbado una dinámica histórica del capitalismo, que siempre forzó lucrativas modalidades de ganadería, para abaratar alimentación y el costo de la fuerza de trabajo. Esos procedimientos originaron epidemias en Inglaterra en el debut del capitalismo y en África a fines del siglo XIX. Pero los últimos cuarenta años de extractivismo neoliberal han desatado una venganza mayúscula de la naturaleza, que ahora convulsiona a todo el planeta(8).

GLOBALIZACIÓN SIN CORRELATO SANITARIO

El cataclismo actual tiene determinantes inmediatos (financiarización y sobreproducción) y estructurales (globalización, urbanización y agro-negocio). Pero su causa subyacente es la ausencia de correlato sanitario, al avance registrado en la globalización de la producción y el consumo. Se fabrica y consume con patrones mundiales, en un marco de estructuras de salud invariablemente nacionales.

Esa contradicción salta a la vista en la monumental expansión -sin resguardo sanitario- que tuvieron la aviación, los hoteles o el turismo. Se internacionalizaron actividades lucrativas, preservando las fronteras en un ámbito como la salud, que involucra mayores riesgos e incertas ganancias (9).

Esa desconexión expresa la principal contradicción del período. Un segmento estratégico de la economía se ha globalizado en el viejo marco de los estados nacionales. Por esa razón el capitalismo no pudo anticipar, evitar o manejar el torbellino del coronavirus. Una gestión preventiva (y efectiva) de la pandemia hubiera requerido el comando sanitario de la OMS, coordinando todos los test y cuarentenas a escala global.

Pero ese organismo no cuenta con un status equivalente a las estructuras que manejan las empresas o los bancos transnacionales.

Nunca fue el epicentro de las conferencias de Davos, ni despertó la atención del G 20. Tampoco actuó como un verdadero dispositivo interestatal. Por esa desconexión, todos los estados nacionales actúan por su cuenta frente a la pandemia.

La existencia de una economía mundializada gestionada por múltiples estados nacionales es una disfuncionalidad del capitalismo contemporáneo, que los neoliberales ignoran por completo. Sus exponentes presentan el coronavirus como una desgracia de la naturaleza que afectó a un sistema próspero y saludable. A lo sumo, estiman que hubo "errores", "falta de previsión" o "irresponsabilidad" de los "políticos populistas".

Pero la credibilidad de esos argumentos es nula. No hay forma de entender lo que está ocurriendo si se desconecta la crisis de sus basamentos capitalistas. Los neoliberales igualmente aprovechan una importante diferencia con el 2008, cuando fue inmediatamente visible la culpabilidad de los banqueros. Ahora presentan a la economía como otro paciente más afectado por la infección.

Muchos críticos del neoliberalismo destacan esas inconsistencias y remarcán los múltiples enlaces de la pandemia con el modelo económico actual. Pero frecuentemente suponen que esa desventura será resuelta mediante la simple intervención del estado, como si el capitalismo fuera un ingrediente prescindible del problema. Por el contrario, el enfoque marxista coloca directamente al capitalismo en el banquillo de los acusados.

Pero es importante evitar las miradas simplificadoras que observan a la pandemia, como un mero desencadenante de turbulencias financieras o productivas. Hay que registrar los desequilibrios subyacentes y el gran alcance de la contradicción que opone a la mundialización con los estados nacionales. Esa tensión explica más lo sucedido que la enunciación de múltiples desajustes.



IMPACTOS EN VARIOS SECTORES

La crisis del coronavirus ha propinado un duro golpe al neoliberalismo. En pocas semanas se ha generalizando una drástica intervención de los estados con alcances superiores al 2008. Esa regulación impacta sobre incontables áreas sometidas al proceso de privatización.

Los neoliberales temen que esos cambios sean perdurables y desemboquen en la reversión de la gran mercantilización de las últimas décadas. Buscan cualquier argumento para ocultar cómo el desmantelamiento de la salud pública desguarneció a la población.

Es cierto que también la crisis del 2008 alimentó muchos presagios de fin del neoliberalismo. Esas caracterizaciones estaban centradas en la expectativa de regular los bancos y ocurrió lo contrario. La financiarización perduró mediante el rescate y reciclaje del mismo sistema. Pero la convulsión actual difiere de ese precedente, desborda ampliamente a las finanzas y socava varios pilares del neoliberalismo(10).

La crisis acrecienta en lo inmediato la desigualdad. El coronavirus no es un virus democrático que afecta a todos por igual, con distinciones meramente etarias. Son evidentes las brechas sociales de cobertura y recursos para enfrentar la desgracia(11). Esa diferenciación quedó enmascarada al comienzo de la pandemia por la gran contaminación de viajeros y por su incidencia en la clase media, las élites y hasta los presidentes y sus ministros.

Pero la desigualdad salta a la vista en el tratamiento de los afectados. En Estados Unidos se propaga entre 30 millones de personas que carecen de seguro médico, afectando duramente a los empobrecidos. Los afroamericanos representan un tercio de la población, pero cargan con el grueso de los fallecimientos relacionados con la Covid-19. Es probable que nunca se conozca la verdadera cifra de muertos por el alto número víctimas indocumentadas. Las fosas comunes en Nueva York son el símbolo de esa extrema残酷(12).

La inequidad se afianza con el programa de rescate dispuesto por el gobierno estadounidense, que otorga gigantescos subsidios a las empresas y migajas a los trabajadores(13). Dos tercios del incremento del gasto público están destinados a socorrer a las empresas y sólo el tercio restante a compensar a los trabajadores.

Otro impacto de la convulsión es la diferenciación laboral que introduce el nuevo esquema de teletrabajo, actividades indispensables y precarización. Esa distinción afianza un corte entre labores domiciliarias, procesos esenciales a la intemperie (salud, alimentación) y dramático desamparo.

En la casa se desarrollan los trabajos de cierta calificación, en la calle se desenvuelven las tareas rutinarias y en los márgenes sobreviven los informales. Esa diferenciación acentúa una fractura previa, que en muchos países converge con coberturas sanitarias privadas, sindical-cooperativas o públicas.

Ese universo de redes afianza la incidencia de una revolución digital, que en el curso de la pandemia incrementó en 40% el tráfico de datos(14). Las computadoras y teléfonos inteligentes son utilizados no sólo para reorganizar el trabajo. También viabilizan los test y las cuarentenas, mediante el seguimiento de los individuos contagiados, hospitalizados y recuperados.

EL ESPECTRO NEGACIONISTA

El coronavirus ha suscitado reacciones contrapuestas. Los aislamientos sociales que los sanitaristas propician al unísono tienen aplicaciones muy disímiles. La afinidad con el neoliberalismo y la cultura predominante en cada país han sido determinantes de esa implementación.

Entre los derechistas prevaleció desde el comienzo un frontal negacionismo, que incluyó descarnadas justificaciones de índole malthusiana. Varios presidentes propusieron tolerar la expansión del virus para inmunizar a la población, descartando a los ancianos y a los vulnerables. Con esos presupuestos de darwinismo social, el distanciamiento social fue demorado u obstruido en Estados Unidos y Brasil. En el caso inglés, el propio Boris Johnson terminó hospitalizado luego minimizar el alcance de la infección.

Algunos analistas aceptan con toda naturalidad que "morirá mucha gente" y priorizan la continuidad de la actividad económica(15). Otros cuestionan la cuarentena resaltando la baratura del test y advirtiendo que el confinamiento conduce al colapso de la producción(16). Pero omiten que se puede implementar el aislamiento social mediante una drástica reorganización de la economía.

La contraposición entre economía y salud es totalmente falsa. Frente a los cataclismos naturales el funcionamiento de la actividad productiva debe adaptarse a la emergencia, instaurando reglas antitéticas con el libre-mercado.

Los gobiernos occidentales tuvieron a su disposición la experiencia de China y el tiempo suficiente para organizar cuarentenas y pruebas con los reactivos. Pospusieron ambas medidas para no afectar las ganancias de las empresas.

En Italia esa demora condujo a un crimen social. En el área más devastada de Bérgamo no se declaró la cuarentena por presiones de los empresarios, que desconsideraban el peligro forzando la continuidad del trabajo. Esta actitud se mantuvo cuando setenta camiones militares cruzaron la región transportando cadáveres. Sólo las protestas de los trabajadores indujeron al cese de las actividades(17).

También en Estados Unidos la patronal ha presionado por la continuidad del trabajo. Con ese objetivo impuso que cualquier limitación laboral sea definida por el Departamento de Seguridad Nacional y no por el Centro de Control de Enfermedades.

La influencia del negacionismo se ha extendido incluso a ciertos ámbitos de la izquierda, que comparten los cuestionamientos a la gravedad del coronavirus. Objetal la implementación de la cuarentena, señalando que la infección se asemeja a una gripe corriente. Estiman que la enfermedad tiene baja mortalidad y que es un error convalidar el pánico que desmorona el sistema hospitalario. Sugieren que la pandemia es un complot de los medios y las empresas farmacéuticas (18).

En una mirada semejante, la pandemia es presentada como un invento para justificar la militarización, mediante la transformación de la ciencia en una religión que esclaviza a la población(19). Esta óptica converge con algunas presentaciones de la cuarentena como un desecharable método medieval.

Pero la identificación de la pandemia con una maléfica conspiración ha quedado refutada por la extensión y peligrosidad del virus. La OMS ya advirtió que tiene una mortalidad muy superior a la gripe. Al relativizar el daño de la enfermedad se desvaloriza el esfuerzo que despliega la población para preservar su salud. La protección de ese activo distingue a la izquierda y al progresismo de Bolsonaro o Johnson.

DESAPRENSIÓN Y PIRATERIA

También se debate con intensidad las causas del contraste entre países asiáticos, que logran controlar la pandemia y naciones occidentales, que no pueden contenerla. La capacidad exhibida en Oriente para manejar la cuarentena se alimenta del adiestramiento obtenido durante la experiencia previa del SARS. Además, el cumplimiento de la cuarentena tiene raíces en tradiciones amoldadas a ese tipo de disciplina (20).

Numerosos analistas han destacado que las normas de cuidado (uso de mascarillas, distancia en el saludo, estricta aceptación de reglas colectivas) fueron rápidamente incorporadas en Oriente y afrontan mayores resistencias en el universo individualista de Occidente (21).

Quiénes desconocen esa variedad de condicionamientos suelen postular que China controló el virus con métodos totalitarios. Omiten que otros países asiáticos recurrieron a las mismas fórmulas para obtener resultados semejantes. Corea del Sur desplegó, por ejemplo, una supervisión digital de la población para detectar contagios, con modalidades más sofisticadas e invasivas que las ensayadas en China.

El uso de las nuevas tecnologías vulnerando la privacidad de los individuos, incluyó al menos en estos casos un propósito sanitario. Esa motivación es más justificada que el simple espionaje practicado con el auxilio de Cambridge Analítica, para manipular elecciones (Trump) o inducir los resultados de un plebiscito (Brexit).

La variedad de respuestas nacionales a la pandemia retrata en forma categórica la ausencia de coordinación mundial. Esta carencia es la principal diferencia con la crisis del 2008. En la década pasada prevaleció una reacción común de los Bancos Centrales bajo el comando de la Reserva Federal estadounidense y el decisivo sostén de China.

Esa cooperación ha sido reemplazada por una reacción inversa de pura regulación nacional y restablecimiento de fronteras, en un clima de sálvese quien pueda. El G 20 ha quedado convertido en un G 0, que sólo intentó una reunión virtual para convalidar la inexistencia de medidas conjuntas.

Esa dislocación es coherente con la total desaprensión que imperó en el debut de la pandemia.

Todos los gobiernos relativizaron el peligro, con la misma displicencia que desecharon las advertencias de la OMS (2018) (22). Hubo antecedentes muy contundentes con el SARS (2002-03), la gripe porcina H1N1 (2009), el MERS (2012), el Ébola (2014-16), el zika (2015) y el dengue (2016).

Pero como las grandes empresas farmacéuticas no engrosan sus fortunas con la prevención, los principales programas de investigación de virus fueron desfinanciados por los gobiernos occidentales. El desarrollo de nuevos antibióticos y antivirales es poco redituable, para compañías que se especializan en la venta de medicamentos a los enfermos solventes. De las 18 compañías farmacéuticas más grandes de Estados Unidos sólo 3 desenvuelven investigaciones de alguna índole (23).

La primacía de la competencia por negocios lucrativos -en desmedro de la salud pública- ha provocado la indefensión general frente a la pandemia. Esa rivalidad se ha intensificado ahora para dirimir quién descubre primero la vacuna. Europa, Estados Unidos y China disputan ese trofeo para ganar puntos en las futuras patentes. Trump fue más lejos e intentó acaparar las investigaciones sobornando a varios científicos alemanes.

La misma piratería impera en la captura de los apreciados insumos médicos. Los emisarios de distintos países negocian en los aeropuertos la reventa de los productos ya embarcados.

Estados Unidos y Francia adoptaron ese comportamiento de corsarios frente a cargamentos destinados a España o Italia. La pandemia ha exacerbado la dinámica brutal e inhumana que rige al capitalismo.

MIRADAS SOBRE CHINA

La localización inicial de la pandemia en China ha sido coherente con el protagonismo de ese país en la globalización y su consiguiente capacidad para exportar alteraciones económicas al resto del mundo.

La expansión de la urbanización, las cadenas globales de valor y las nuevas normas de alimentación fue vertiginosa en la nueva potencia asiática.

El peso del país en el PBI global trepó más de 30% desde el 2008 y un fuerte pico de sobre-inversión precedió a la crisis actual. La gran penetración del capitalismo en China explica la magnitud de la convulsión en curso.

Esa expansión deterioró también la estructura sanitaria más igualitaria del período previo y afianzó normas de privatización, que sólo fueron relativamente acotadas en los últimos años. Enormes sectores de la población -especialmente migrantes- tienen seriamente limitado el acceso a la salud (24). Estos problemas recobraron actualidad en el debut del coronavirus.

Existe una gran controversia en torno al manejo inicial de China de ese brote. Algunos sectores remarcan el ocultamiento de la infección en Wuhan y la hostilidad oficial contra quienes resaltaban los peligros de la enfermedad (25).

Otros desmienten ese silenciamiento y resaltan la decidida acción del gobierno para controlar la epidemia. Recuerdan que la secuencia genética del nuevo virus fue inmediatamente compartida con la OMS y afirman que al cabo de varios ensayos y errores, China mostró un camino para enfrentar los contagios (26).

La enfática crítica al control represivo en la cuarentena es también relativizada con ejemplos de acción del voluntariado, en un marco de creciente conciencia del problema. En cualquier caso, China comienza a contener la pandemia combinando el cierre total de ciertas localidades, con severas restricciones a la circulación y un distanciamiento social efectivo.

Los gobiernos occidentales observaron con satisfacción y malicia el debut de la pandemia. Esperaban su exclusiva localización en China y el consiguiente debilitamiento del rival asiático.

Aunque ese escenario se ha invertido, las campañas contra el “virus chino” persisten con alocados argumentos (27). Se afirma incluso que el coronavirus fue creado adrede para afectar a Estados Unidos y Trump sugiere una complicidad directa de la OMS con esa operación.

Pero esos disparates contrastan con la efectividad exhibida por China para lidiar con la infección. Ese logro es complementado con la simpatía que generan las actitudes solidarias. Aviones chinos con equipamiento médico han aterrizado en Italia, España y en muchos países de varios continentes.

Pero esa cooperación no presenta -hasta ahora- la dimensión de una nueva “ruta sanitaria de la seda”.

Además, China es una potencia acreedora de muchas naciones auxiliadas y afrontará un serio dilema, si la crisis desemboca en un default general de sus deudores. En esa eventualidad: ¿el gigante asiático aceptará la cesación de pagos?

ESTADOS UNIDOS Y EUROPA

Estados Unidos ha quedado ubicado en el casillero opuesto de su principal rival. Parecía el ganador geopolítico inicial de la corona-crisis y ahora carga con las consecuencias más duras de la pandemia. Las ventajas del comienzo se insinuaron en la gran afluencia de capitales internacionales que sucedió al temblor de los mercados. Tal como ocurrió en el 2008, el dólar y los bonos del tesoro se convirtieron en los refugios predilectos de los inversores asustados.

El encierro fronterizo apuntala, además, la estrategia del sector americanista, frente a los segmentos globalizados de las clases dominantes estadounidenses. Algunos analistas estiman que el abrupto repliegue hacia actividades económicas auto-centradas favorece el proyecto de Trump (28).

Pero esos datos promisorios para el magnate han quedado neutralizados por la masa de contagiados. En Estados Unidos se localiza el mayor número de afectados y todos los días Trump improvisa alguna medida, para afrontar un peligro que desechó en forma explicitica. Desmanteló el equipo de resguardos frente a las pandemias del Consejo de Seguridad Nacional y desconoció los resultados de una simulación de ese cataclismo. Ahora no logra articular un plan mínimo para lidiar con el desastre sanitario.

Por esa razón se agravó la grieta interna. Los gobernadores desafían la autoridad presidencial y cada estado reacciona por su cuenta. Mientras California y Washington lograron prevenirse con la adopción temprana de la cuarentena, Nueva York eludió el aislamiento y afronta las terroríficas consecuencias de esa omisión.

Toda la estrategia internacional de Trump ha quedado en suspenso. Nadie sabe cómo seguirá su mercantilismo bilateral y el intento de recomponer la hegemonía estadounidense utilizando la supremacía tecnológica, militar y financiera del país. Las concesiones que el millonario bravucón había logrado de sus competidores volverán a la mesa de negociación.

Pero lo más impactante de la crisis actual es el repliegue internacional de un imperio que abandona su disfraz de auxiliador del mundo. Se ha retirado al autoaislamiento y transmite una imagen de impotencia interna, que socava su autoridad para actuar en el exterior(29).

Algunos analistas estiman que Estados Unidos ha perdido atracción. Ya no es el país que el resto del mundo quiere emular.

Remarcen comparaciones con el declive de otras potencias y afirman que atraviesa por el “momento Chernobyl” de la Unión Soviética (1986) o por un equivalente a la crisis de Suez de Inglaterra (1956) (30).

Pero habrá que ver si esta evaluación de la coyuntura se corrobora en el largo plazo. Un contundente indicador del declive sería la caída del dólar y la salida de capitales hacia otros destinos. Este viraje marcaría efectivamente un punto de inflexión. Por el momento la pandemia no elimina la primacía militar del Pentágono, ni el lugar de Estados Unidos como principal resguardo imperial del capitalismo.

En Europa la crisis del coronavirus asume proporciones mayúsculas. La Unión ha quedado prácticamente licuada por el torbellino. Mientras se cierran las fronteras dentro de la propia comunidad, los miembros no logran concertar acuerdos mínimos.

Los líderes proclaman que el virus no tiene pasaporte, pero lidian con la pandemia por su propia cuenta. En la disputa por los medicamentos han quedado sepultados todos los principios de colaboración. Alemania niega hospitales a varios socios y ninguno vende remedios al otro.

La financiación de la crisis concentra el principal conflicto. Las reglas neoliberales de ajuste presupuestario han sido archivadas, pero la forma de solventar la fuerte expansión del gasto público, opone nuevamente a las potencias del norte europeo con los afectados del sur.

Italia convoca a emitir “corona-bonos” compartidos por todos los estados. Pero Holanda y Alemania exigen conservar la norma actual de créditos sujetos a repago, mediante severos ajustes internos. Propician para Italia el mismo mecanismo que asfixió a Grecia(31).

Salta a la vista las gravísimas consecuencias de ese procedimiento, para un país que aún no controló la tragedia del norte y se prepara para afrontar la expansión del contagio al sur. Lo mismo vale para España que soporta una catástrofe de fallecimiento.

En los dos casos se verifican las terribles consecuencias de los recortes de presupuesto que impuso la política sanitaria neoliberal. La escasez de reactivos y mascarillas es consecuencia de un manejo hospitalario basado en principios de rentabilidad y reducción de costos. Por dónde se lo mire el coronavirus ha reforzado la erosión de la Unión Europea.

(1) Este texto desarrolla conceptos inicialmente expuestos en una entrevista ("Espero que la salud pública pueda triunfar sobre el capitalismo") Rebelión, 2-4-2020 y un artículo "Un detonador de la crisis potenciado por el lucro", 13-3-2020, www.lahaine.org/katz

(2) Economista, investigador del CONICET, profesor de la UBA, miembro del EDI. Su página web es: www.lahaine.org/katz

(3) Un panorama de esta tensión en: Husson, Michel. Neoliberalismo contaminado, 02/04/2020, <https://vientosur.info/spip.php?article15793>.

Toussaint, Eric. La pandemia del capitalismo, el coronavirus y la crisis económica, 20-3-2020, <https://www.cadtm.org>

(4) Moody. Kim, Cómo el capitalismo del "just-in-time" propagó el Covid-19, 12-4-2020, <https://www.laizquierdadiario.com>

(5) Ribeiro, Silvia. Coronavirus, agro-negocios y estado de excepción, 11-3-2020, <http://www.redeco.com.ar>

(6) VVAA, COVID-19 y los circuitos del capital, 15/04/2020, <https://vientosur.info/>

(7) Wallace, Rob. La agroindustria está dispuesta a poner en riesgo de muerte a millones de personas, 11/03/20, <https://www.soberaniaalimentaria.info>

(8) Harvey, David. Política anticapitalista para la cuarentena, 27-3-2020, <https://rebelion.org/>

(9) Un señalamiento semejante en: Badiou, Sobre la situación epidémica, 27-3-2020, <http://lobosuelto.com>

(10) Ver: Boron, Atilio. La pandemia y el fin de una era, 3-4-2020. <https://www.clacso.org>, Saad Filho, Alfredo, 15-4-2020. Coronavirus, Crisis, and the End of Neoliberalism <http://ppesydney.net>

(11) Gines, Armando. Distorsiones y mentiras a propósito del coronavirus, 24-3-2020. <https://www.alainet.org/es/articulo/205444>, Bouamama, Said Autopsia de la vulnerabilidad sistémica de la globalización capitalista 17/04/2020, <http://www.lacasademitia.com>, Hanieh, Adam This is a Global Pandemic 27-3-2020, <https://www.versobooks.com/blogs/4623>

(12) Goodman, Amy, Moynihan, Denis. Elecciones y movimientos populares en tiempos de pandemia, 10-4-2020 <https://www.democracynow.org/es>

(13) Reich, Robert- Moralmente repulsivo cómo las corporaciones están explotando esta crisis, 26-3-2020 <https://rebelion.org>

(14) Giménez Paula, Trabucco Emilia. La universalización del encierro: del aislamiento a la liberación 26/03/2020 <https://rebelion.org>

(15) Friedman Thomas Es hora de pensar si hay una alternativa mejor que cerrar todo, 26-3-2020 <https://www.lanacion.com.ar>

(16) "Un Nobel de Economía propone testeos masivos para frenar el coronavirus" 29-3-2020 <https://www.lanacion.com.ar>

(17) Sidera, Alba Bérgamo, la masacre que la patronal no quiso evitar, 10/04/2020. <https://contrahegemoniaweb.com.ar>, Turigliatto Franco Italia: hacia la crisis social 02/04/2020 <https://vientosur.info/spip.php?article15800>

(18) Aymat, Javier. La histeria interminable, 27-3-2020, <https://www.infobae.com>

(19) Agamben, Giorgio. La invención de una epidemia, 27-2-2020 <https://ficcionaldelazon.org/2020/02/27>, Agamben, Giorgio. Reflexiones sobre la peste, 27-3-2020 <https://lavoragine.net>

(20) Poch de Feliu Rafael. El Imperio y el Capital no cierran en domingo, 21-3-2020, <https://rafaelpoch.com>

(21) Corradini, Luisa. Coronavirus: respetar las medidas de confinamiento, 22-3-2020
<https://www.lanacion.com.ar>

(22) Capdevila, Inés, El mundo después de la pandemia: cuatro preguntas que lo definirán, 22-3-2020. <https://www.lanacion.com.ar/> Tanuro, Daniel. Ocho tesis sobre el Covid-19 10/03/2020 <https://vientosur.info/spip.php?article15700>

(23) Roberts, Michael. Confinados, 28-3-2020
<https://www.sinpermiso.info/textos/>

(24) Colectivo Chaung, Contagio social: guerra de clases microbiológica en China Resumen Latinoamericano, 27-3-2020
<https://www.resumenlatinoamericano.org/>

(25) Lin, Kevin. Cómo China contuvo la Covid-19 y el peligroso mundo que nos espera, 03/04/2020
<https://vientosur.info/spip.php?article15812>

(26) Du Xiaojun, Vijay Prashad e Weiyan Zhu. El papel de China ante el “corona shock”, 3-4-2020,
<https://www.brasildefato.com.br/>

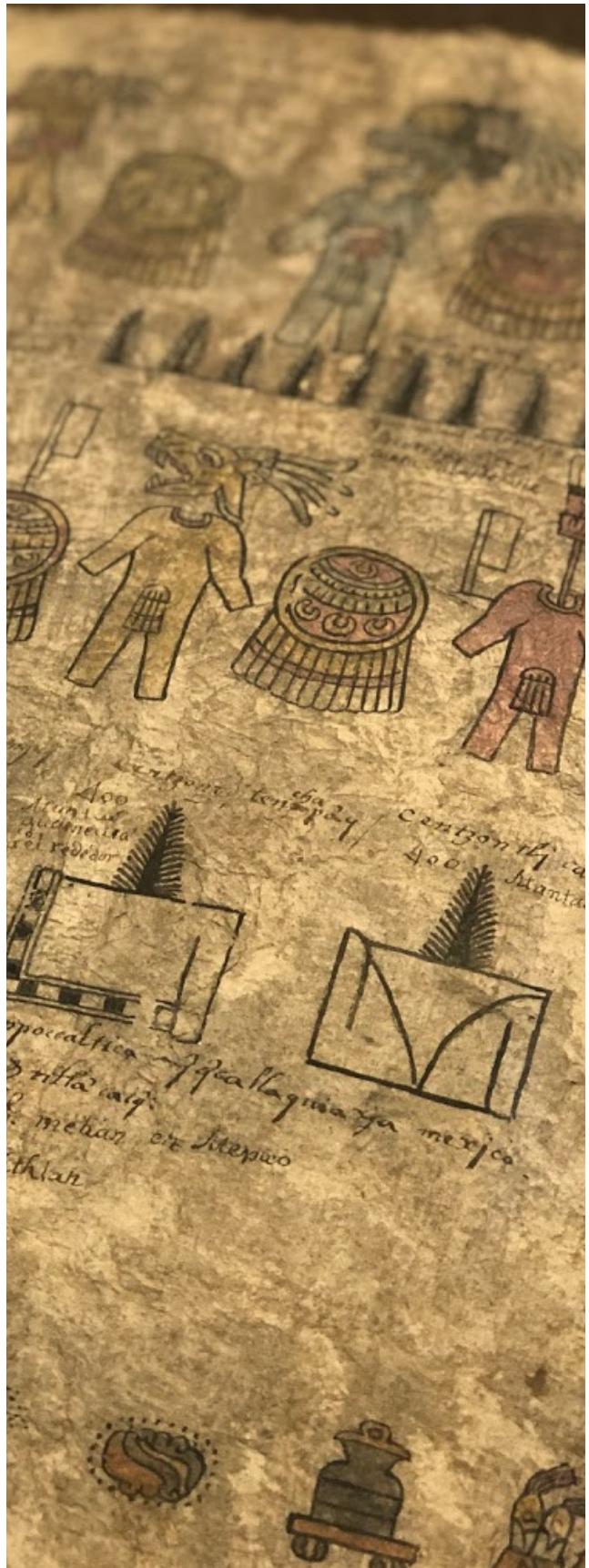
(27) Sorman Guy "El gran perdedor con esta pandemia va a ser China", 6-4-2020
<https://www.lanacion.com.ar>

(28) Haass, Richard. The Pandemic Will Accelerate History Rather Than Reshape, 7-4-2020,
<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-07>

(29) Deyoung Karen; Sly Liz; Birnbaum, Michael. Con su aislacionismo, EE.UU. podría perder el liderazgo global, 28-3-2020, <https://www.lanacion.com.ar/>

(30) Cockburn, Patrick. El “momento Chernobyl” de Trump Estados Unidos podría perder para siempre su posición de superpotencia mundial, 03/04/2020
<https://rebelion.org>

(31) Coronavirus en Europa, 8-4-202,
<https://www.clarin.com/mundo>



ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO

Brasil: Covid-19 desnuda la crisis

LUCIANO WEXELL SEVERO

Todavía es temprano para pensar en un después de la COVID-19. Estamos recién en el medio del recorrido, transitando por uno de los momentos más dramáticos e indefinidos de las últimas generaciones. Se traba una guerra a muerte en contra de un enemigo invisible, aún sin contar con todas las armas para derrotarlo.

No existe siquiera un rincón totalmente seguro para donde una persona pueda escapar. Y aunque los pobres sufran muchísimo más, como siempre, ahora basta un estornudo o una tos para que un rico sea contaminado. Pandemia rara, que el tiempo dirá si es parte o no de las nuevas guerras híbridas, un desventurado ensayo de agresión bacteriológica.

Pareciera innecesario afirmar que la vida vale mucho más que la economía. Pero estamos en un tiempo en que decir lo elemental parece absurdo. La actual coalición de poder en Brasil es compuesta por un grupo de degenerados y descualificados. Ascendieron al Palacio después de poderosa campaña mediática orquestada desde Estados Unidos, que condujo el país por un callejón desde la operación Lava Jato hacia el presente escenario, pasando por el golpe de Estado de 2016. En ese momento, el gobierno trata de crear una narrativa que esconde su incompetencia detrás del coronavirus.

El ministro Guedes, Chicago boy en los años 1970, opera en el sentido de rebajar derechos sociales y drenar las riquezas del país para Washington. El presidente, ante el mundo, convocó la población a irrespetar la cuarentena, boicoteando a las recomendaciones de médicos y científicos, confrontando a muchos gobernadores y alcaldes. Continúa garantizando que la hidroxocloroquina puede curar la enfermedad.

Con eso, también creó un gran malestar con diputados, senadores y jueces de la Corte Suprema. Por ahora, los más de dos mil militares empotrados en la estructura gubernamental, perplejos o no, hacen el aguante. El ministro de Salud, que boicotea al sistema público y al programa Más Médicos, ahora luce como un ser coherente al contrariar su jefe y defender el aislamiento social. Pronto será removido.

Obviamente es complejo y suena desubicado escribir sobre economía, política, deudas, tasas de interés, comercio e inversiones en medio a una inédita y preocupante cuarentena.

Sin embargo, de alguna forma se hace obligatorio seguir pensando en lo que viene después. Será un después nuevo; quizás mejor. Ese corto ensayo busca contribuir con esa discusión, que debe ganar fuerza y forma entre los intelectuales comprometidos con la construcción de Patrias libres y soberanas en América Latina, así como de una región integrada y consolidada como relevante bloque de poder en el mundo.

ECONOMÍA YA ESTABA ENFERMA

La grave crisis de la economía brasileña, así como sucede en muchos de los demás países de la región, no es consecuencia de la COVID-19. La pandemia solo está cumpliendo la tarea de exponer una situación absolutamente insostenible. Por un lado, Brasil posee una economía pujante, que, en 2019, de acuerdo con el Banco Mundial, se ubicó entre las más grandes del planeta, con un tamaño similar a la de Italia o Canadá y superior a la de Corea del Sur, Rusia o España. Por otro lado, el país está entre los más desiguales del mundo. El 1% más rico concentra el 28% de toda la renta; los 10% más ricos, el 41,9%. Ese cuadro es resultado de políticas adoptadas desde mediados de los años 1960, intensificadas post apertura económica de los años 1990. Dicha concentración de la renta fue solo en parte interrumpida durante los años de progresismo (2003-2016), por medio de acciones compensatorias.



Sin embargo, los gobiernos progresistas continuaron atrapados por el canto de sirena de las Inversiones Extranjeras Directas (IED) y por el sortilegio del boom de las commodities. Brasil se mantiene como el principal receptor de IED de América Latina, sin que hayan ocurrido los impactos positivos prometidos. Las inversiones estimulan la sustitución de producción nacional por bienes importados, consolidan la exportación de productos de bajo valor agregado e impulsan el aumento acelerado de las remesas de lucros al exterior. El impacto ha sido chico sobre el desarrollo científico-tecnológico, la generación de empleos y la recaudación tributaria.

Los números oficiales apuntan que la economía brasileña creció con un promedio anual de 3,3% entre 2000 y 2009 y de solo el 1% entre 2010 y 2019. Esos resultados, bastante modestos, estuvieron apoyados en un creciente proceso de desnacionalización de la estructura productiva. La mejora de los indicadores sociales, como empleo, trabajo formal y poder de compra del salario, entre 2003 y 2016, fue financiada por una acelerada pérdida de control nacional sobre sectores claves de la economía. Así, es creciente el peso de conglomerados extranjeros en sectores como minería, agricultura, energía, siderurgia y servicios (financieros, telefonía, electricidad y transportes, entre otros).

Apesar de eso, Brasil consolidó su rol como economía proveedora de bienes de bajo valor agregado, con la evidente reprimarización de su pauta de exportación. En 2003, de los 10 principales productos exportados por el país, nueve eran primarios y sumaban el 25,9% del total. En 2010, los 10 principales bienes comercializados eran primarios y alcanzaron el 43%. En 2019, otra vez, de los 10 principales productos vendidos al mundo, 10 eran primarios y sumaban el 48,3% del total. Ganaron espacio bienes como soya en grano, petróleo crudo, mineral de hierro, maíz, pastas de madera, carnes vacunas, pedazos de gallinas, café no tostado y azúcar de caña.

Se identifica claramente un empeoramiento de la situación después del giro neoliberal del equipo económico de Dilma Rousseff, en 2015, y de las acciones de su vice Michel Temer, quien intensificó el liberalismo, empujado por muchos de los mismos economistas ortodoxos de la administración anterior. El nuevo gobierno, desde 2019, generó dificultades todavía más profundas. Los últimos dos años representaron el ocaso de los ya retraídos resultados económicos, empeorados por una crisis social sin precedentes.

Hoy día el PIB es similar al de 2010. La tasa de inversión en la economía cayó del 20,9% en 2013 para el 15,4% en 2019. El peso de la industria en el PIB está en el nivel más bajo desde los años 1970; llegó a mediocres 11,7%. Según la Confederación Nacional de la Industria, la capacidad ociosa del país alcanza los 35%. Brasil tiene 12 millones de ciudadanos desempleados y más de 38 millones que laburan informalmente. El retroceso en las estructuras de protección a los trabajadores fue agravado por las recientes “reformas” laboral y de la seguridad social. El poder de compra de los salarios, que aumentó entre 2003 y 2016, pasó a caer año tras año. La situación actual es de ampliación del desempleo, encogimiento de los salarios reales y disminución de la producción. Para empeorar, la estructura tributaria es fuertemente regresiva, con impuestos indirectos, sobre el consumo, o sobre la renta de asalariados, pesando desproporcionalmente sobre la clase media y los más pobres.

OTRA VEZ EL ESTADO

Una vez más, la respuesta debería ser el aumento de la intervención del Estado. Es decir, la adopción inmediata de políticas públicas de auxilio a los más perjudicados. Es lo que se está anunciando en muchos países: inyección multimillonaria de recursos para reactivar las economías. En el caso brasileño, debería haber aumento de los gastos con el Sistema Único de Salud (SUS), de los créditos para que las empresas esenciales continúen funcionando y de los pagos de salarios para que las personas no necesiten salir de sus casas. Sería necesario abandonar la agenda de austeridad fiscal, con acciones de promoción a la producción local, de reactivación de la capacidad instalada, de sustitución de importaciones y retomada del poder de compra del salario.

Es urgente impulsar la producción nacional, por lo menos, de bienes sencillos, como los equipos médicos de seguridad (guantes, máscaras, batas, zapatillas de paño, ventiladores pulmonares y respiradores, entre otros), actualmente comprados en el exterior.

Las universidades públicas están cumpliendo, una vez más, de forma ejemplar, su función social, pese a los crecientes cortes de presupuesto al que han sido sometidas por el actual gobierno, que busca asfixiarlas para privatizarlas. Dichas instituciones de enseñanza superior están contribuyendo con estudios y soluciones concretas, como la producción y reparación de ventiladores y respiradores, por ejemplo.

El escenario de caos que se avecina revela toda la perversidad de la realidad económica. Es fundamental recordar que donde faltan testes, como en Brasil, hay menos infectados y muertos.

La Suprema Corte autorizó el aumento de gastos, flexibilizando las exigencias de la Ley de Responsabilidad Fiscal, adoptada por Fernando Henrique Cardoso para imponer legalmente las políticas de austeridad: corte de gastos sociales y reserva de recursos para satisfacer al sistema financiero. Desde 2016, la enmienda constitucional del "Techo de Gastos Públicos" modificó la Carta Magna y limitó el aumento de despesas sociales por 20 años. Ante el actual escenario, en marzo, el Senado ya aprobó el pago de un auxilio de emergencia de R\$ 600, por tres meses, para trabajadores sin registro, incluyendo autónomos y en los contratos llamados "intermitentes". La ayuda, denominada "Corona voucher", junto con otras acciones, tendrá un costo aproximado de R\$ 45 mil millones. Un nuevo proyecto, todavía en discusión, prevé extender el beneficio a pescadores artesanales, madres menores de edad, taxistas, indígenas, camioneros y músicos. Dichas medidas entran en conflicto con los planteamientos de la Cámara de diputados de autorizar la suspensión de contratos de trabajo y de reducir salarios.



En paralelo a la decisión de la Corte, el Parlamento insiste en la invención de un supuestamente obligatorio "Presupuesto de Guerra", un régimen extraordinario fiscal, financiero y de contrataciones durante el estado de calamidad, que separaría los gastos para el combate a la COVID-19 del Presupuesto nacional.

Entre los objetivos está la autorización del Banco Central de Brasil para liberar hasta R\$ 650 mil millones para bancos, sin cualquier contrapartida o garantía de que el recurso llegará a los ciudadanos que necesitan.

En un momento de crisis y alto riesgo, las instituciones financieras continuarán prestando dinero con las tasas de interés más altas del mundo (12% al mes y cerca de 300% al año). Además, se liberaría al BC para comprar directamente carteras de crédito y títulos de empresas, como hace el FED en Estados Unidos. Después de la victoria sobre la terrible pandemia, restaría un país en ruinas, familias descuartizadas y bancos poderosos.

POLÍTICA EXTERNA GROTESCA

Las líneas fundamentales de la Política Externa Activa y Alta de Brasil, implementada durante el progresismo, se fueron perdiendo después de 2014. Durante más de diez años, pocas decisiones trascendentales en el mundo fueron tomadas sin consultar la posición oficial de Brasil.

En el tema financiero, comercial, productivo, ambiental y militar, el país asumió un papel de creciente relevancia. Con Dilma, sobre todo debido al avance de la iniciativa de los BRICS, ese rol se mantuvo, aunque con menos intensidad.

En 2016, desvaneció. El actual gobierno condujo a la política exterior de Brasil para un abismo. En pocos años, el país transitó de una posición de player respetable y fundamental en el concierto de las naciones hacia la condición de nación burlesca, grotesca y risible.

Desde enero de 2019, el actual gobierno se encargó de plantear una agenda internacional sostenida en caricaturescos prejuicios ideológicos, digna de los tiempos más ardientes de la Guerra Fría. En pocos meses, se crearon grandísimos embarazos con importantes socios comerciales del país: China, vecinos Sudamericanos, países árabes y naciones de África.

Los ejemplos más destacables son las declaraciones irrespetuosas del hijo del presidente de Brasil, del canciller y del ministro de educación sobre lo que denominan el “virus chino”; la intromisión en asuntos ajenos de otros países, en el caso de las elecciones de Argentina y Uruguay; el respaldo a la agresión imperialista contra Venezuela; el soporte al golpe de Estado en Bolivia; el escándalo en la renegociación del tratado de Itaipú, con Paraguay; el apoyo a la propuesta sionista de reconocer a Jerusalén como capital de Israel; y el cierre de embajadas en países africanos y del Caribe.

Todo a nombre de un incuestionable entreguismo y de la firme decisión de someterse a los intereses del gobierno de Estados Unidos, en los más distintos temas. De esa manera, la política del Itamaraty asumió un carácter farandulero que hiere a la tradición de la diplomacia brasileña, que ya tuvo entre sus cancilleres a Río Branco, Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Azeredo da Silveira y Celso Amorim, entre otros exponentes, trabajando en el sentido de fortalecer el regionalismo y la multipolaridad.

El escenario es bastante complejo. Así como en el caso de los demás países latinoamericanos, los principales factores negativos -junto a la COVID-19, actúan todos juntos: cierre de las fronteras, cuarentenas, caída de los precios de las commodities, fuga de capitales, reducción del comercio exterior y restricciones de financiamiento.

En Brasil, la actual fuga de capitales es la más grande de la historia. En 2020, en solo tres meses, de enero a marzo, ya fueron más de 54,9 mil millones de reales, superando a los 42,6 mil millones de reales del año pasado entero. Es decir, el actual gobierno acumula una pérdida de más de 97 mil millones de reales.

En 2020, la moneda brasileña ya perdió un 26,8% de su valor, con la tasa de cambio sobrepasando los R\$ 5,20 por dólar por primera vez, aunque el gobierno haya quemado tantos dólares.

Las reservas internacionales bajaron de US\$ 376 mil millones para US\$ 346,5 mil millones entre agosto y diciembre de 2019. Con relación a las exportaciones brasileñas, están en el mismo nivel de 2014.

La caída fue del 6% en 2019 y del 10,2% en los dos primeros meses de 2020. Se nota que el empeoramiento de las condiciones ya venía ocurriendo desde antes de la pandemia.

Sería necesaria una postura muy distinta del gobierno de Brasil. El actual escenario de crisis, potencializado por la COVID-19, podrá abrir ventanas de oportunidad para movimientos en la jerarquía del Sistema Internacional. En ese sentido, otra vez, ganan relevancia las ideas de integración sudamericana, de desarrollo autónomo y de una inserción internacional más soberana.

INTEGRACIÓN REGIONAL COMO ESTRATÉGIA

Los organismos internacionales plantean una crisis de profundas proporciones, mucho mayor que la del 2008-2009, comparable con la de los años 1930. Puede tratarse del inicio de una nueva década perdida. La CEPAL apunta que la economía de América Latina ya creció menos en los años 2010 (1,5%) que durante los años 1980 (1,7%).

Hoy día, por ahora, pareciera que el camino solitario de salvación para los países sea más razonable y probable, principalmente porque hay una supremacía de gobiernos cercanos o asociados a Washington. Además, con una perspectiva colonizada, encarnan un avinagrado sentimiento de revancha en contra del esfuerzo emancipador, integracionista y autonomista de los años 2000.

No obstante, la disminución del comercio internacional, la caída de los precios de las commodities y la escasez de dólares podrán hacer con que sean recordados los instrumentos de comercio compensado, por ejemplo.

Volverían a ser utilizados el Convenio de Créditos Recíprocos (CCR) de ALADI o el Sistema de Monedas Locales (SML) del Mercosur. El comercio intrarregional, actualmente en uno de sus niveles históricos más bajos, podría ser retomado, incluso como forma desesperada de los países de consumir bienes de las economías vecinas sin la obligatoriedad de utilizar dólares.

Dicha carencia de divisas potencializaría las transacciones comerciales intrarregionales, lo que demandaría el fortalecimiento de las conexiones físicas, de infraestructura. Como la crisis continuará, el movimiento de acercamiento regional debe hacer parte del esfuerzo de restructuración de las economías. A su vez, con el tiempo, dicho comercio entre vecinos podría impulsar, incluso, la articulación de cadenas industriales, la integración productiva, incluyendo a pequeñas, medianas y grandes empresas.

Se recuerda que el pensamiento estructuralista de industrialización por sustitución de importaciones, de intervención y planificación estatal, se consolidó exactamente durante la “Era de la catástrofe”, entre 1914 y 1945. Las crisis suelen cumplir la función de ampliar el grado de permisividad del Sistema, posibilitando que las naciones contestadoras se muevan en la jerarquía mundial.

Quizás ese desastroso escenario de pandemia, de muerte y dolor, cumpla un doble rol. Podría barrer los gobiernos neoliberales y sus políticas de concentración de riqueza, ante su total incapacidad de responder y solucionar a los crecientes problemas de las mayorías. O podría rescatar la comprensión acerca de la necesidad de integración de América del Sur. No obstante, obviamente existe la posibilidad de que las salidas post-COVID-19 no sean positivas o que se profundice el actual estado de degeneración, reforzado por mecanismos de represión y control todavía más fuertes.

NUEVA ARQUITECTURA FINANCIERA

Aunque uno haga el esfuerzo de creer en la posibilidad de contar con el FMI o el Grupo Banco Mundial en un momento de grave crisis, la historia comprueba todo lo contrario. Son instituciones gemelas que, pese al rol que pudiera incluso denominarse como “relativamente positivo” en 1945, en Bretton Woods, fueron asumiendo la función de perros de guardia de las políticas de austeridad y ajuste neoliberal después del fin del patrón dólar-oro, en los años 1970.

En los 1980, durante la crisis de la deuda externa, y en los 1990, desde la apertura de las cuentas de capitales hasta las crisis financieras, los países latinoamericanos sufrieron intenso chantaje de esas instituciones financieras.

Al fin, las economías periféricas contaron mucho con iniciativas propias e instrumentos regionales, como el CCR de ALADI o el Fondo Latinoamericano de Reservas (FLAR). Hoy se nota como hubiera sido importante ejecutar las propuestas de crear el Banco del Sur, ampliar el FOCEM, potencializar un fondo de reservas del Sur e intensificar los intercambios comerciales vía compensación.

Ojalá el BID y la CAF cumplan un rol positivo en ese momento dramático. Pero el camino de salida para las crisis de los países endeudados no será enseñado por las estructuras tradicionales, como el FMI o el BM.

A fines de marzo, ambas instituciones dieron a conocer un documento en el cual supuestamente proponen un inmediato perdón de la deuda oficial bilateral de 76 países prestatarios de la Asociación Internacional del Fomento (AIF), que abarca las economías más pobres del mundo. Dicha asociación incluye a 39 países de África, ocho de América Latina y Caribe (Dominica, San Vicente, Granada, Guyana, Haití, Honduras, Nicaragua y Santa Lucía) y dos de Europa (Kosovo y Moldova), entre otras naciones de Asia. Sin embargo, en el comunicado de las dos instituciones, dirigido a los países del G20, lo que se sugiere es elaborar una lista de las deudas que serían insostenibles, además de eventuales planes de reestructuración. Los próximos capítulos de ese tema se conocerán en reuniones que todavía ocurrirán a mediados de abril.

Hay otra información muy importante, que llama la atención. El stock de deuda externa total de los países de ingresos bajos y medios (que incluye Argentina, Brasil, China, India, Indonesia, México y Rusia, entre otros), en 2018, ascendió a US\$ 7,8 trillones. Sin embargo, el anuncio del FMI y del BM incluye solamente a los países deudores de la Asociación Internacional del Fomento (AIF), cuya deuda alcanza US\$ 25 mil millones. O sea, la propuesta de las dos instituciones, que todavía necesita ser evaluada en distintas instancias, alcanza al 0,3% del total de las deudas. Aunque pueda ayudar a algunos países muy pobres, sería completamente insuficiente.

Por eso, desde los años 2000, se habla tanto, en todas las regiones, sobre la necesidad urgente de refundar una arquitectura financiera internacional, reduciendo el rol protagónico de los gemelos e impulsando mecanismos regionales de financiamiento. Es fundamental potencializar los estudios e investigaciones en ese tema, considerando cómo podrían reactivarse instrumentos ya existentes en América Latina.



CONSIDERACIONES FINALES

Sin contar con una bola de cristal, se trató de presentar un brevísimo análisis sobre las consecuencias de un fenómeno nuevo, que está sucediendo hoy mismo. Los resultados serán, muy probablemente, bastante drásticos para las sociedades subdesarrolladas: cierre de empresas, adquisiciones de los pequeños negocios por los grandes, concentración de la renta, corte de los gastos sociales, desempleo, hambre, desnutrición y olas de criminalidad.

No obstante, existirá un después. Y parece evidente que el mundo que vendrá, post-COVID-19, exige otras realidades muy distintas.

Más Estado, menos desigualdad. Menos poder al mercado, más acción consciente del ser humano. Más integración regional como salida común, menos proyectos nacionales solitarios que amplían los problemas periféricos.

as consecuencias concretas de la pandemia dependerán de su extensión y la magnitud de la tragedia y las crisis en cada país, potencializadas por el frenazo resultante de las políticas neoliberales. Ojalá la mayoría de los gobiernos de la región sea presionada a abandonar las políticas excluyentes o barridos del mapa.

Obviamente no hay ninguna garantía de que el porvenir sea mejor. Ese corto ensayo busca aportar con la necesaria discusión sobre el mundo que vendrá después de la victoria sobre la pandemia.

(1) Publicado originalmente en Pueblo – Revista de la carrera de Trabajo Social de la Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ), número 5.

(2) Docente y Coordinador del Observatorio de la Integración Económica de América del Sur (OBIESUR) de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA).





La crisis económica global del "coronavirus" y America Latina

ARTURO GUILLÉN

ELa pandemia del coronavirus se expande por todo el mundo y junto con ella se profundiza la crisis económico-financiera global. La pandemia fue solamente el detonador de la crisis económica, no su causa de fondo. En realidad, el capitalismo arrastra desde hace medio siglo una tendencia al estancamiento, que se profundizó con la gran crisis de 2007-2008.

LLas políticas monetarias de tasas de interés cero y de programas no convencionales de flexibilización cuantitativa (Qe), salvaron al capitalismo de caer en una depresión, pero no lograron modificar el carácter anémico de la inversión productiva.

La Gran Recesión de 2008-2009 cedió su lugar al Gran Estancamiento. Y al mantenerse intacto un régimen de acumulación dominado por las finanzas, se desbordó una especulación irrefrenable en las bolsas de valores y en los mercados financieros.

La montaña de capital ficticio acumulada durante los últimos 10 años y financiada en gran medida con deuda, estalló como un globo.

La pandemia atrapó al capitalismo con los dedos en la puerta La crisis económica se desenvuelve en dos planos: en la esfera financiera y en la esfera productiva. Ambas se retroalimentan. En el plano financiero, la crisis arrancó con el crac bursátil en febrero de este año, el cual hizo perder a las bolsas alrededor de 30% de su valor en unos cuantos días.

Rápidamente se transformó en una crisis de liquidez que puede empujar a la insolvencia a muchas corporaciones altamente endeudadas y/o muy afectadas por el confinamiento, por el práctico cierre de las fronteras y por el trastocamiento de las cadenas globales de valor (CGV). Particularmente han resultado afectados las líneas aéreas, la industria automotriz y de autopartes, el turismo y los servicios.

La recesión en las actividades productivas se ha desparramado como la espuma en toda la economía mundial. La recesión es una realidad que se despliega con inusitada rapidez en todos los países desarrollados y pronto envolverá, quizá con más fuerza y durabilidad, a los países subdesarrollados de las periferias.

El economista K. Rogoff, quien si bien se identifica con el mainstream, es un estudioso de las crisis económicas, señaló que esta recesión será más profunda que la Gran Depresión de los años treinta. (Mapping The COVID-19 Recession. <https://www.project-syndicate.org/commentary/mapping-covid19-global-recession-worst-in-150-years-by-kenneth-rogoff-2020-04>).

El Secretario del Tesoro de los Estados Unidos, Steven Mnuchin, pronosticó que la tasa de desempleo en los EUA llegará al 20%, el doble de la alcanzada en el pico de la Gran Recesión de 2007-2008).

Tan sólo en cuatro semanas las solicitudes de seguro de desempleo llegaron a más de 21 millones.

La mayoría de los gobiernos y bancos centrales de los países desarrollados actuaron con rapidez y han implementado programas monetarios de QE para inyectar liquidez y evitar, de esa forma, la casi inevitable ola de quiebras empresariales. La Reserva Federal de EUA instrumentó un paquete por 700 mil millones de dólares para la compra de todo tipo de obligaciones. Medidas similares aunque en montos menores, fueron aprobadas por el Banco Central Europeo y el Banco de Japón. Y en forma inusitada – dado que durante las últimas décadas los gobiernos había sido renuentes a usar la política fiscal como mecanismo contracíclico – el Congreso estadounidense lanzó un plan de estímulos fiscales por 3 billones de dólares, el cual incluye apoyos a corporaciones en problemas y familias, subsidios acrecentados de desempleo y recursos para contener la pandemia.

La crisis pilla a América Latina en una circunstancia en la que varios países de la región ya se encontraban en recesión o en franco proceso de desaceleración económica. Por su condiciones de subdesarrollo, dependencia y extrema desigualdad, las periferias del sistema seguramente resentirán con más fuerza, tanto la propagación de la pandemia como la crisis económico-financiera. A ello, habría que agregar que 30 años de neoliberalismo, con su cauda de privatizaciones y restricción del gasto público, diezmó sus sistemas de salud y de seguridad social.

Las perspectivas para 2020 anuncian una tragedia. Aunque pronosticar escenarios en el marco de la incertidumbre radical que vive el mundo, es una tarea difícil y engañosa, lo apuntado por el Fondo Monetario Internacional (FMI) en su último informe (<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>) revela la gravedad de la crisis. Este organismo augura un decrecimiento del PIB mundial de -3% en 2020, 6 puntos porcentuales menos que el registrado en 2019 (2.9%) y 3 puntos por debajo de la caída del PIB registrada durante la Gran Recesión. Para América Latina la situación sería peor, con una tasa negativa de -5.2%.

A los choques de oferta y de demanda causados por las medidas de distanciamiento social, en el caso latinoamericano se agregan el desplome de las exportaciones, tanto primarias como manufactureras; el deterioro de los términos de intercambio; el desplome de las remesas de los trabajadores migrantes; y la salida de capitales tanto de los inversionistas externos como de las élites internas.

Como consecuencia de la recesión y de la ruptura de las CGV, el panorama del comercio exterior es aún más sombrío que el de las economías internas. La Organización Mundial de Comercio estima que el volumen del comercio mundial en 2020 caerá entre el 13 y el 32%, lo que obviamente pone en jaque el modelo primario-exportador y maquilador adoptado por los países latinoamericanos desde la crisis de la deuda externa.

En cuanto a los flujos de capital, la UNCTAD estima que los ingresos por inversión extranjera directa se reducirán entre un 5 y un 15%, mientras que las reinversiones se encogerán como consecuencia de la recesión.

Y por lo que respecta a los flujos de cartera a los países emergentes, el Instituto de Finanzas Internacionales registra una disminución de 83 mil MD hasta marzo de este año. A ello hay que agregar la irrefrenable fuga de capitales de las élites latinoamericanas hacia bancos extranjeros y paraísos fiscales.

Frente a este panorama la pregunta obligada es qué pueden hacer los gobiernos latinoamericanos para financiar la lucha contra la pandemia en medio de sistemas de salud deteriorados y desarticulados, así como para aplicar programas de recuperación económica exitosos.

Desde los organismos multilaterales (FMI, Banco Mundial), la respuesta es la tradicional del recetario neoliberal: utilizar las líneas de financiamiento del FMI e iniciar un nuevo ciclo de endeudamiento externo, aprovechando se dice, el bajo nivel de la tasa de interés.

Este camino mil veces recorrido y fracasado, en mi opinión, debería ser evitado, salvo que los recursos externos fueran otorgados bajo esquemas de auténtica cooperación para el desarrollo sin condicionalidad ninguna. Tampoco convendría utilizar las reservas internacionales para proteger los tipos de cambio en un entorno de incertidumbre radical. Los llamados a levantar, desde los países de las periferia una moratoria de la deuda externa, no deberían ser desestimados.

Por supuesto que la superación de la epidemia y el retomar el camino de un desarrollo inclusivo, exigirá mayores recursos y una mayor participación del Estado. Ello generará

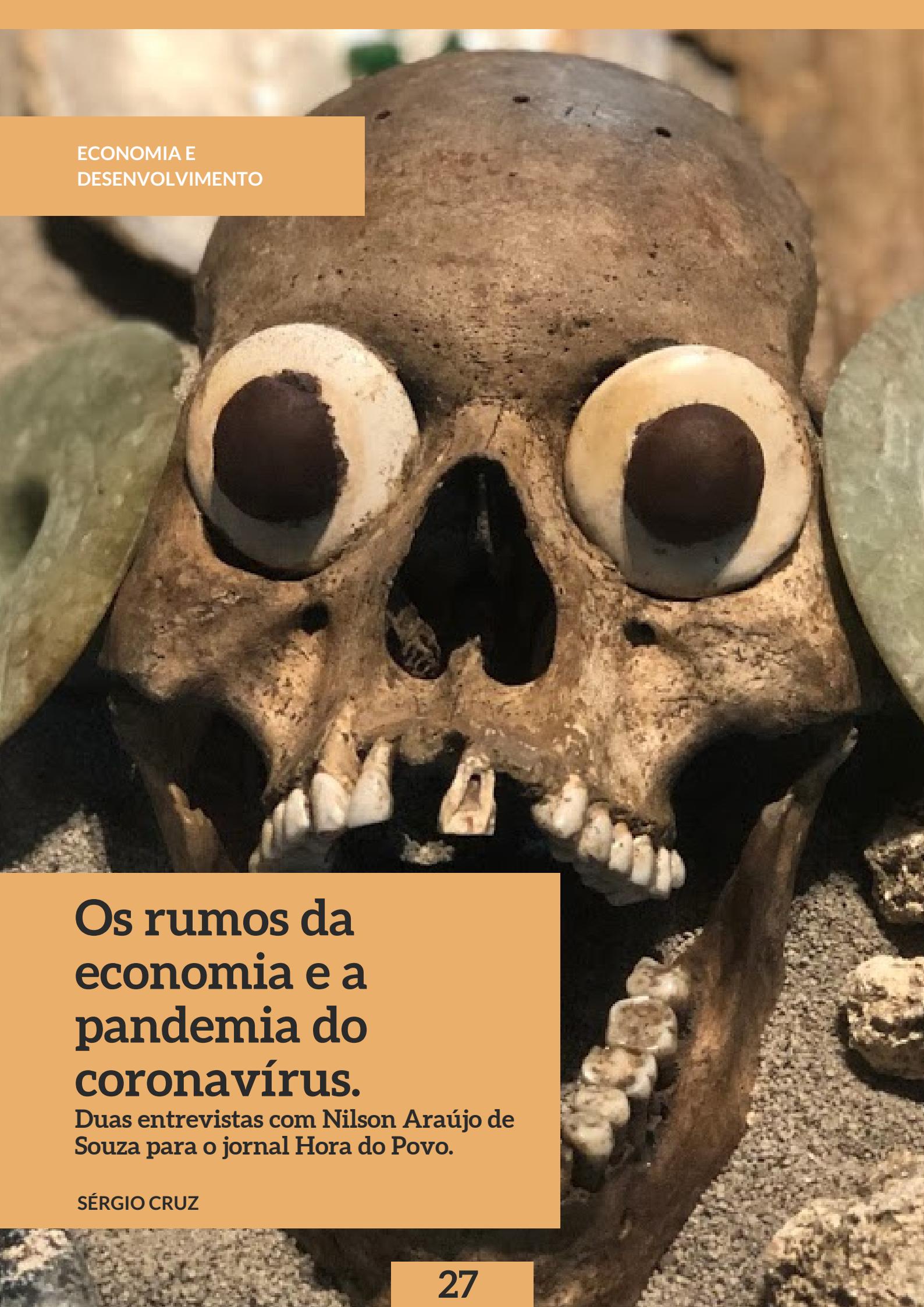
irreductiblemente déficit presupuestales. Por lo mismo, debería abandonarse, al menos mientras dure la emergencia, la práctica de construir superávit primarios para pagar el servicio de la deuda. Deberían implementarse, asimismo, mecanismos novedosos de endeudamiento interno, como la propuesta (ver Bresser Pereira, https://www.facebook.com/search/top/?q=luiz%20carlos%20bresserpereira&pa=SEARCH_BOX) de que los gobiernos emitan "coronabonos", los cuales que serían comprados por el banco central, en una suerte de flexibilización cuantitativa.

Los peligros inflacionarios serían irrelevantes en el contexto depresivo en que nos encontramos.

Los retos actuales exigen de América Latina gobiernos más activos e imaginativos que abandonen la rutina de las recetas ortodoxas convencionales, las cuales nos empujarían a una nueva "década perdida".



ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO



Os rumos da economia e a pandemia do coronavírus.

Duas entrevistas com Nilson Araújo de Souza para o jornal Hora do Povo.

SÉRGIO CRUZ

PARTE I - ENTREVISTA PUBLICADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2020

HORA DO Povo: Como você está vendo a situação econômica do país depois da chegada do coronavírus?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA: Quando chegou aqui o coronavírus, a situação do país já não andava muito bem, conforme demonstrei em duas entrevistas anteriores ao jornal Hora do Povo.

Estava havendo forte desvalorização do real, o dólar se valorizando cada vez mais e uma fuga muito grande da moeda estadunidense. Já tinha havido uma fuga muito grande no ano passado. Nos dois primeiros meses deste ano, a fuga de dólares acelerou mais ainda.

E essa fuga se devia a várias razões. Uma delas é o fato de que estavam se deteriorando as contas externas. Estava reduzindo o superávit comercial e aumentando o déficit em transações correntes, que é a soma do saldo comercial com o saldo na área financeira, remessa de lucros, remessa de juros, etc. Estavam em deterioração as contas externas. Isso leva os capitais especulativos a ir embora.

Quando eles vão embora, vendem os títulos aqui, as ações na bolsa, compram dólar e levam esse dólar para fora. É exatamente por isso que o dólar se valoriza. Essa era uma das causas.

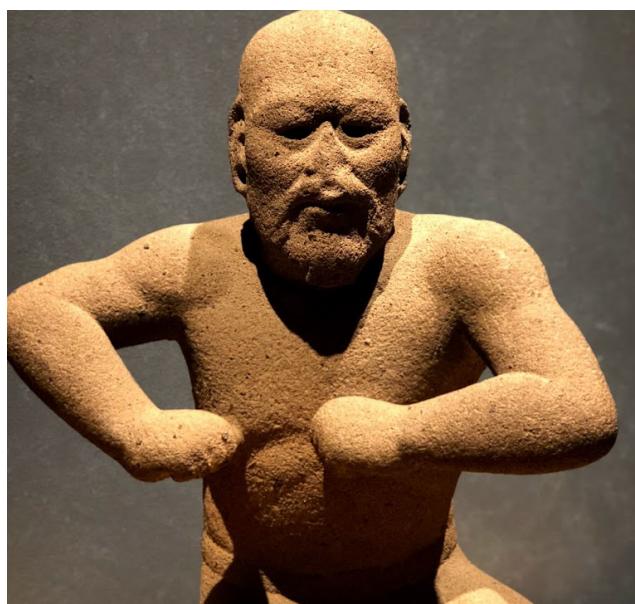
Uma segunda foi a atitude adotada pelo Banco Central, que tinha como objetivo valorizar o dólar e desvalorizar o real para baratear as empresas brasileiras para quem viesse de fora comprá-las, o capital estrangeiro. Por isso, promoveu a forte redução da taxa de juros, por orientação de Guedes. Era uma maneira de torrar na bacia das almas as empresas brasileiras, tanto estatais como privadas.

Mas há uma questão política que é muito forte e que é exatamente a desconfiança dos especuladores de todo o mundo em relação ao governo Bolsonaro. Como se diz, quando não há crise, Bolsonaro cria uma. E isso é a cada dia. Então, são essas três causas da fuga de dólares e, consequentemente, da disparada dessa moeda em relação ao real, mas a questão política passou a ter um peso importante, porque ela já vinha afugentando os capitais, já vinha levando à desvalorização do real e levando à queda das bolsas.

HORA DO POVO: Então a crise não está no coronavírus?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA: A chegada do coronavírus veio agravar, e muito, essa situação que já existia antes. Inclusive o PIB no ano passado só cresceu 1,1%. No último trimestre do ano, já começaram a aparecer sinais de recessão ou de desaceleração da economia. Tudo indicava que este ano a economia iria crescer no máximo no mesmo patamar dos três anos anteriores. No máximo no patamar de 1%. Então, além do colapso da bolsa de valores, da desvalorização do real, havia também a desaceleração da economia. Tudo isso já estava colocado na situação anterior.

Com a chegada do vírus, essa situação, que já era débil, que já estava fragilizada, entra em colapso. A China que é uma economia planificada teve uma queda violenta da produção industrial no primeiro bimestre deste ano em função do coronavírus. Caiu em torno de 13% a produção industrial. Imaginem aqui no Brasil com um governo que não planeja nada, ao contrário, desplaneja, desplanifica, faz exatamente o contrário da planificação. Exemplificando, uma das primeiras colocações de Bolsonaro acerca do vírus foi de que era uma fantasia. Então, ele estava tratando como se fosse uma fantasia. O que ele fez no domingo, dia 15 de março, depois de ter ficado em isolamento, porque muitos membros da comitiva dele que foram aos EUA estavam infectados? Desceu a rampa do Palácio para se encontrar com seus apoiadores. Ou seja, uma atitude de total irresponsabilidade, inclusive passando por cima da orientação do seu próprio ministro da Saúde, de que se devem evitar aglomerações.



HORA DO Povo: As medidas anunciadas pelo ministro Paulo Guedes são adequadas e suficientes?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA: Então, o governo estava tratando como uma fantasia. Isso explica a meu ver o caráter das medidas anunciadas na segunda-feira (16), pelo ministro da Economia. Acho que não passa de uma fake news.

É mais uma fake news desse governo. Por duas razões. Primeiro, Guedes insiste que deve resolver o problema realizando as chamadas reformas. Isso até os neoliberais mais convencidos já estão dizendo que para enfrentar a crise são necessárias medidas de outro tipo.

Não são as reformas. Já foram feitas duas “reformas” importantes, na verdade contra-reformas, que foi a da Previdência e a trabalhista, e eles prometeram que a economia voltaria a crescer. A economia voltou a crescer? Ao contrário, desacelerou e segue em crise. Ele agora vem novamente com a cantilena das reformas. Ameaçou inclusive que, se o Congresso não aprovar, vai contingenciar o orçamento em R\$ 16 bilhões. Pressionou para o Congresso aprovar, por exemplo, a privatização da Eletrobrás. Ele está querendo aproveitar essa situação para privatizar a Eletrobrás. Em que medida a privatização da Eletrobrás vai ajudar a tirar o país da crise? Em nenhum sentido. Ao contrário. Privatização significa desnacionalizar. Com isso, a elevação da remessa de lucro leva recursos para fora e tende a piorar a situação no médio e longo prazo.

Ele disse também que tem que aprovar o pacto federativo. O que é o pacto federativo? É a desvinculação do orçamento dos gastos com saúde e educação. Ou seja, ele quer espremer mais ainda a saúde e a educação, acabando com sua vinculação constitucional e legal, que é o que sustenta de alguma maneira os gastos com saúde e educação.

Além disso, há também o que ele chamou de projeto do Mansueto, atual Secretário da Receita Federal, que apresentou um projeto de ajuste fiscal nos estados.

Ou seja, apertar a situação dos estados. Então, de um lado, ele fala isso, que tem que fazer essas reformas, que é uma verdadeira fake news porque mudanças desse tipo não levam à retomada do crescimento. De outro, o pacote que ele anuncia de R\$ 147,3 bilhões é outra fake news.

Não entra nenhum dinheiro novo. Tem a antecipação de pagamentos para os setores mais vulneráveis em função do vírus, que é basicamente a antecipação do 13º para os aposentados do INSS para abril e maio e antecipação do abono salarial (R\$ 58,8 bilhões).

Somando isso com os valores não sacados do PIS/Pasep e mais algumas coisas menores, daria um valor de R\$ 83,4 bilhões. Isso aí não é dinheiro novo. É apenas antecipação de pagamentos que iam ser feitos depois.

Pode até aliviar a situação momentânea, mas um alívio muito superficial. Não resolve nada. Além de não ser dinheiro novo, é uma quantia irrisória. Se for somar o conjunto do pacote de R\$ 147,3 bilhões, representa pouco mais de 2% do PIB.

Se fosse dinheiro novo até que ajudaria alguma coisa, mas não é dinheiro novo. É apenas antecipação. E tem outra parte, de R\$ 59,4 bilhões, que é a postergação do pagamento de impostos. Adiamento por 3 meses do pagamento do FGTS e do Simples Nacional da União, e tem outras coisas menores.

O ministro anunciou outra fake News: que iria incorporar um milhão de famílias no bolsa-família, aplicando R\$ 3,1 bilhões. Ora, em seu primeiro ano de governo, Bolsonaro desligou um milhão de famílias desse programa. Está apenas repondo.

Antecipação do 13º dos aposentados e abono salarial e a postergação de alguns impostos. Nem um dos dois grupos significa entrada de recurso novo na economia. Ao contrário, de um lado, antecipação de recursos que entrariam na economia posteriormente e, por outro lado, a prorrogação de pagamentos de impostos que deveriam entrar agora no caixa da União e só vão entrar depois. É uma mitigação do grave problema que vivem nossos idosos, agravado pela pandemia do vírus.

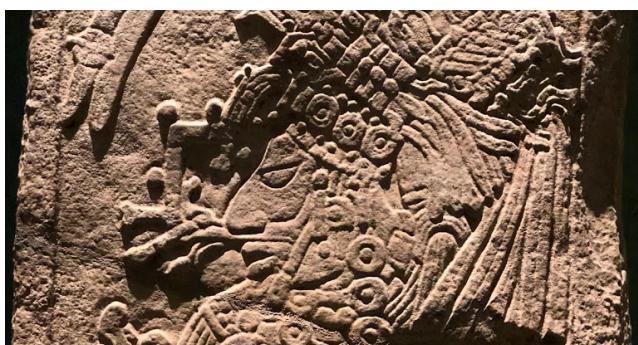
É justo fazer isso, mas tem um efeito irrisório. Não vai resolver o problema do impacto da crise provocado na economia pela chegada do vírus e nem resolver o problema dos idosos. Isso não dá conta da gravidade do problema. O problema, como falei, já existia antes, e se agravou com o coronavírus. Entrou em colapso. O ministro falou que a cada 48 horas irá anunciar medidas novas. Quero saber o que são essas medidas porque o que foi anunciado até agora não ajuda em nada, ou em praticamente nada, dada a gravidade do problema.

HORA DO Povo: Como, num momento como esse de crise, você vai suspender a desoneração fiscal? Elas geram emprego.

NILSON ARAÚJO DE SOUZA: Quando foram feitas as desonerações, no governo Dilma, não gerou emprego algum. As transnacionais aproveitaram-se da desoneração para aumentar seus lucros e enviar para suas matrizes. Essa é uma situação que tem que ser enfrentada. Por outro lado, o imposto sobre o lucro extraordinário das grandes empresas, o imposto sobre a distribuição de dividendos que não se paga. Imposto sobre remessas de lucros e juros. Tem uma série de fontes. A renda do petróleo que, se trabalhar direito o pré-sal, tem uma renda substancial, mesmo com a queda dos preços do petróleo no momento atual, mas que tem uma renda substancial, que pode ser canalizada. Então, tem muitas fontes para se obter os recursos. Obtêm-se os recursos e retomam-se os investimentos públicos. Tem que fortalecer o mercado interno com o fortalecimento do poder de compra do trabalhador. Então, de um lado a retomada do investimento público e de outro fortalecer o mercado interno.

HORA DO Povo: E no curto prazo?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA: Essas medidas que citei têm que começar agora, aliás ontem. Mas devem ser complementadas com um programa de emergência. Guedes disse que estava apresentando um plano de emergência, respondendo ao presidente da Câmara, que está propondo o investimento público e um programa de emergência. Só que o programa de emergência que Guedes está propondo é apenas antecipar o 13º, o abono salarial e postergar impostos. Sem nada de dinheiro novo. Um programa de emergência tem que levar em conta os trabalhadores desempregados, subempregados e informais. Quantos são eles? No último trimestre de 2019 (pelo levantamento do IBGE), havia 11,6 milhões de trabalhadores abertamente desempregados.



Mas atinge 30,7 milhões se somarmos com o subemprego (quem trabalha menos de 40 horas por semana e gostaria de trabalhar mais), o desemprego por desalento (desistiu de procurar emprego) e a força de trabalho potencial (pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência). E tem mais 38,4 milhões de trabalhadores informais.

Chegamos à casa dos 70 milhões de trabalhadores que precisariam receber um apoio emergencial.

Tinha que ter um programa arrojado para enfrentar essa situação. Criar condições de vida para essa grande massa de pessoas desempregadas, subempregadas e trabalhadores informais. Um programa que garantisse um salário de emergência. Aquilo que o Keynes tinha dito na década de 1930. Ele disse que tem que pagar as pessoas que estão desempregadas para cavar e tapar buracos – ou seja, para não fazer nada –, mas pagar, porque ao pagar você gera mercado.

E as empresas que estão em crise e com capacidade ociosa, no momento em que se gera renda para essa parcela da população, ela vai comprar a as empresas vão produzir. E, quando elas aumentarem a produção lá na frente, vão雇用 essas pessoas.

Para implementar esse programa de emergência e realizar os investimentos públicos necessários, é fundamental suspender a lei do teto e a lei de responsabilidade fiscal.

Pode-se dizer: com o coronavírus, não daria para fazer isso de imediato. Tudo bem. Tem que se ter o cuidado necessário, não pode ter aglomerações, tem que ter as medidas sanitárias necessárias. O apoio emergencial é exatamente para as pessoas poderem ficar em casa, para salvar vidas. De um lado, tem que se ter as medidas sanitárias que são as medidas que agora estão sendo recomendadas pela OMS, mas que já haviam sido implementadas na China, está sendo feito na Itália, e que o Ministério da Saúde do Brasil, ainda que timidamente, está recomendando, que é evitar aglomerações e ficar em casa. Mas ao mesmo tempo tem que já ir criando um programa para tirar o país da crise tão logo passe a fase mais aguda da epidemia do coronavírus.

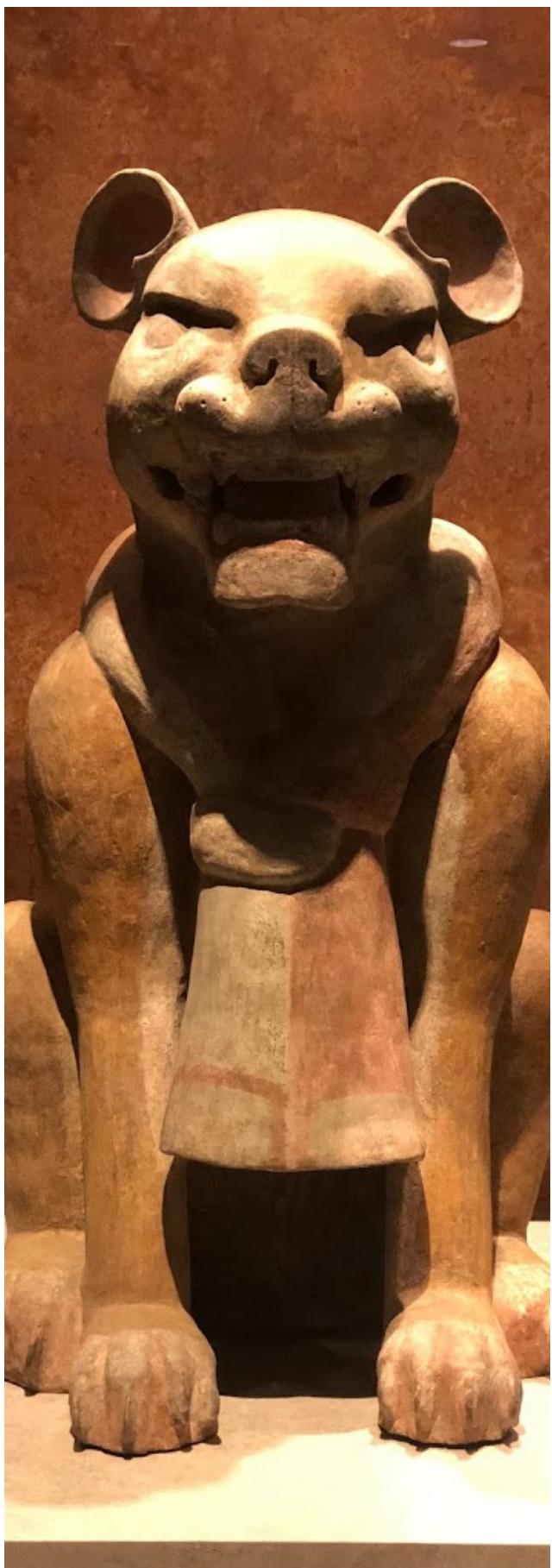
Os especialistas estão dizendo que o pico das infecções vai ser daqui a um mês e meio, final de abril, começo de maio. Se for feito o que deve ser feito, pode não ter o pico. Pode acharar o pico. Mas o governo, principalmente o presidente, ao invés de dar o exemplo positivo, dá o exemplo contrário.

Tem que haver as medidas na área da saúde, ao mesmo tempo já tomar medidas econômicas mais estratégicas que fortaleçam os investimentos públicos e ampliem o mercado interno. E um programa de emergência que dê conta dessas 70 milhões de pessoas que estão desempregadas, subempregadas e na informalidade. Segundo o DISSSE, somando os filhos, chegariam a 120 milhões de pessoas. Que se encontre uma forma de remunerar. A fonte de receitas existe, mas está sendo ou drenada para fora ou apropriada pelos especuladores ou pelas grandes empresas que não pagam imposto sobre o superlucro. Além disso, tem mais de R\$ 1,3 trilhão do caixa único do Tesouro. Isso tem que ser enfrentado em profundidade para poder sair da crise; do contrário, vamos vivenciar, depois que passar a crise com o vírus, um período longo, prolongado, de recessão. Porque a estagnação já está aí. A economia esteve em depressão de 2014 a 2016. De 2017 a 2019, esteve estagnada, crescendo em torno de 1% ao ano. E este ano já anunciava que iria crescer em torno de 1%. Com a crise do vírus, a tendência é ter uma queda violenta da produção.

HORA DO Povo: Alguém mais defende essas ideias que você está apresentando?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA: Essa questão do investimento público que eu venho defendendo ultrapassou as fronteiras ideológicas. Recentemente até economistas que têm tido uma posição histórica no terreno do neoliberalismo, e que vinham defendendo que o estado tinha que sair da economia, começaram a defender que, para poder sair da crise, tem que ter investimento público. A Mônica de Bolle, da Casa das Garças, o André Lara Resende, que participou do Plano Real, o Armínio Fraga, que foi o responsável pela implantação do chamado tripé macroeconômico no Brasil, também estão defendendo o investimento público. Então, ultrapassou as fronteiras ideológicas. Só o Guedes que não vê isso. E não vê, não é porque ele não saiba disso. Ele não quer ver. Ele não quer ver exatamente por causa de seus compromissos políticos, ideológicos e financeiros com setores do capital financeiro internacional, das transnacionais.

Por isso que ele não se dá conta. Mesmo pessoas que conviveram com ele e com suas políticas de privatizações estão defendendo que o investimento público é o caminho para sair da crise.



PARTE II - ENTREVISTA PUBLICADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2020

HORA DO Povo – O ministro da Casa Civil, general Walter Braga Netto, anunciou o programa Pró-Brasil, que prevê investimentos em obras públicas “para a recuperação de toda estrutura afetada pelo coronavírus”. Qual a sua avaliação dessa iniciativa?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA – Independente de ele vir a ser implementado, o lançamento do programa pró-Brasil já cumpriu seu papel. Mostrou que existe um caminho diferente do que a equipe de Guedes vem empurrando goela abaixo do país. O de Guedes, na verdade, é um descaminho. Em oposição ao programa de Guedes, que, no seu ultraneoliberalismo doentio, pretende entregar todo o patrimônio público ao capital estrangeiro e vem arrasando a economia nacional, a proposta do general Braga Netto tem a intenção de retomar o desenvolvimento com base na ação do Estado na economia. A nossa história é rica em lições de que a economia só cresceu quando o Estado bancou o jogo. Foi assim com Getúlio e com JK e foi assim com o II PND de Geisel. Mas, por enquanto, o programa ainda é um esboço. Foram apresentados sete slides, em que se desenham as linhas gerais.

Combina a proposta de realização de investimentos públicos com o estabelecimento de regras para destrarvar o investimento privado, a realização de concessões e adoção de política de crédito. Ainda está muito indefinido e o que existe de definição é insuficiente, além de haver um desbalance entre a promessa de investimento público com a expectativa de concessões para viabilizar o investimento privado. Mas aponta na direção certa. Sintomaticamente, estão apoiando o plano os mesmos militares que, no domingo, 19 de maio, se recusaram a acompanhar Bolsonaro na aventura golpista.



Por isso que ele não se dá conta. Mesmo pessoas que conviveram com ele e com suas políticas de privatizações estão defendendo que o investimento público é o caminho para sair da crise.

HORA DO Povo – A ideia do plano é de retomada da economia pós-crise através de investimentos públicos em obras de infraestrutura e de investimentos privados (através de concessões). Você acha que o Estado tem recursos para isso? Em sua opinião, haverá investidores privados interessados em investir nesta retomada?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA – Temos primeiro que ver o contexto em que esse plano é apresentado. Entramos no sétimo ano de crise. Recessão profunda de 2014 a 2016, estagnação de 2017 a 2019 e possibilidade de depressão em 2020, ao combinar as tendências recessivas que já vinham de antes com o impacto econômico da pandemia. Tem que começar por aí. O principal é pagar as pessoas para ficarem em casa.

E não apenas os trabalhadores informais, os subempregados e desempregados (em torno de 70 milhões), mas também os com carteira assinada, particularmente os das micro, pequenas e médias empresas (cerca de 25 milhões). Essas empresas também têm que receber apoio financeiro para não sucumbirem. Esse é o caminho para salvar vidas e simultaneamente preparar a economia para voltar a funcionar tão logo passe o efeito da pandemia. O ministro Guedes ameaçou que não havia dinheiro para isso, que dinheiro não cai do céu.

Mas, logo se descobriu que havia 1,3 trilhão de reais no caixa único do Tesouro. E também, durante o período de recessão, o governo pode emitir moeda sem causar inflação. Isso porque, com capacidade ociosa das empresas, o aumento da demanda provocado pela emissão monetária pode ensejar o aumento da produção e, por conseguinte, da oferta, em lugar de pressionar os preços para cima. Isso é keynesianismo puro: pagar as pessoas para cavar e tapar buraco. Mas, para a recuperação da economia e a retomada do desenvolvimento, não basta isso. Precisa de mais investimento e, para isso, mais Estado na economia.

Depois da grande crise do capitalismo mundial de 1914 a 1945 (duas guerras mundiais e uma grande depressão), foi uma forte ação do Estado na economia que possibilitou não apenas recuperar a economia mundial, mas também promover um desenvolvimento prolongado.

Acho que, nas atuais circunstâncias, de crise braba, não se deve esperar muito do investimento privado por meio de concessões. As empresas nacionais, ao contrário, estão precisando de forte apoio do governo para sobreviverem. E o capital estrangeiro? Esse vem se evadindo do país desde o ano passado. O dinheiro tem que vir do governo.

Sempre tem essa cantilena de que o governo não tem dinheiro. Como assim, se ele tem poder de emissão monetária?

Como assim, se ele tem o poder de transferir renda de uma área para outra por meio da tributação? Por exemplo, taxando remessas de lucros e dividendos, taxando distribuição de dividendos, taxando grandes fortunas...

O economista José Luís Oreiro propõe que o Banco Central adquira títulos primários emitidos pelo Tesouro. É como se fosse uma dívida do marido com a mulher. Fica tudo em família. Some-se a isso o que vimos insistindo há já algum tempo: o Banco Central praticar juro nominal zero na venda de títulos públicos.

Coisa que já vem sendo feito na maioria dos países. Obviamente, para o Governo realizar esses investimentos, precisa manter a suspensão da lei do teto de gastos e a regra de ouro, que foram suspensas durante a calamidade da pandemia.

HORA DO POVO – Concomitante à apresentação do plano por Braga Netto, houve a decisão do governo de suspender e adiar algumas privatizações que estavam programadas, como Eletrobrás e Correios. Como você avalia essa decisão?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA – Programa com ação do Estado na economia e suspensão de privatizações parece uma sinalização de que, dentro do governo, particularmente entre os militares que participam do governo, está se buscando um outro caminho, o oposto do perseguido pela equipe econômica de Guedes. E a turma do Guedes acusou o golpe. Apelidou o “Plano pró-Brasil” de “Dilma 3”, disse que, se não há dinheiro no governo, não há como fazer um programa baseado no investimento público. E por aí foi...

HORA DO POVO – Durante a apresentação do programa foi falado em valores que poderiam chegar a R\$ 250 bilhões em concessões e R\$ 30 bilhões em obras públicas. Como você avalia esses valores?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA – Insuficientes, desbalanceados e, no que toca ao investimento privado, sem garantia de que ocorrerão. Apenas R\$ 30 bilhões de investimento público e R\$ 250 bilhões de concessões.

Ora, até mesmo nas economias capitalistas mais desenvolvidas, tem sido o investimento público que tem alavancado o investimento. Foi assim no passado.

E, agora, mais ainda. No mundo inteiro, o Estado, depois de demonizado durante quase três décadas, começou a retornar na crise deflagrada em 2007 e agora ressurge com peso para enfrentar a crise atual. Só que, enquanto naquela crise, o Estado entrou para salvar os bancos, agora, além de salvar os bancos deles mesmos, está colocando dinheiro na economia real e nas mãos do povo.

Numa economia subdesenvolvida, a necessidade do investimento público é maior ainda. Além disso, como já disse, as empresas não estão com dinheiro para arrematar as concessões e fazer os investimentos.

Dada a gravidade da crise, as nacionais estão com os cofres vazios. E o capital estrangeiro, em lugar de vir para cá, está se evadindo. R\$ 30 bilhões de investimento público não dá nem para tapar o buraco de um dente. Muito menos para acelerar o crescimento econômico, como propõem os formuladores do plano.

Na nossa última experiência de aceleração do crescimento, entre a segunda metade da década de 1960 e a década de 1970, quando se implementou o II PND, a taxa de investimento público esteve em torno de 7% do PIB. Isso, se comparado ao PIB de hoje (7,3 trilhões de reais), daria R\$ 500 bilhões por ano.

HORA DO POVO – A equipe econômica do governo não estava presente no momento em que o general Braga Netto apresentava o programa. Você vê algum significado nesta ausência de Guedes e de seus auxiliares na reunião em que o plano foi debatido? Alguns integrantes da equipe de Guedes, como Salim Mattar, Secretário de Desestatização, criticaram o programa apresentado por Braga Neto alegando que o Estado não tem recursos e que os investimentos só virão da iniciativa privada, através das privatizações. Como você avalia essa opinião?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA - Isso indica claramente que a equipe de Guedes, e ele próprio, sentiram o golpe e estão reagindo à mudança de rumos. Membros destacados da equipe econômica, como Adolfo Sachsida e Mansueto Almeida, afirmaram que não há dinheiro para alavancar uma retomada da economia com investimento público. Segundo Sachsida, “o espaço fiscal [para gastos] da economia brasileira é muito mais limitado... O espaço fiscal não é muito amplo”. No que foi reforçado pelo secretário Mansueto Almeida, que declarou: “É muito claro que [para] a retomada do crescimento do país, a gente vai ter que aumentar muito a taxa de investimento. E é claro que o governo não tem essa força para aumentar muito, para custear o investimento, via investimento público, porque falta espaço fiscal, independentemente de teto, mesmo que não existisse teto de gastos, o governo não teria espaço, para aumentar muito investimento público porque teria que se endividar muito”.

Reforçando o discurso dos outros secretários do Ministério da Economia, Salim Matar, que também é dono da Localiza, declarou: “o governo não tem mais dinheiro. Tem de usar dinheiro privado. E tem muito dinheiro privado no mundo”. E deu sua “solução”: “depois que essa crise se for, temos de tomar algumas providências. E a primeira é a venda de ativos da União. Temos também de acelerar o programa de concessões na infraestrutura e continuar com as reformas estruturantes, que, no longo prazo, vão cortar os custos do Estado”. Ou seja, no dia seguinte ao lançamento do programa de Braga Neto, fizeram uma verdadeira campanha contra seus fundamentos. Repetem tanto isso que parece um mantra.

Mas não é nem questão de fé. É dogma puro. Ou por que não dizer? Expressão de seus compromissos com o capital financeiro especulativo, de dentro e de fora do país. Pois, conforme demonstrei antes, o Estado tem como conseguir dinheiro. Inclusive para apoiar as empresas nacionais, que estão quebrando na crise – portanto, sem dinheiro para investir em concessões. Essa reação tão virulenta da equipe econômica só demonstra que o plano, apesar das insuficiências aqui destacadas, está na direção certa.

HORA DO POVO - O chamado “mercado” reagiu com muitas críticas ao programa dizendo que ele significa uma sinalização de que as reformas estruturais, defendidas pela equipe de Guedes, estariam sendo abandonadas. Como você avalia essas críticas?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA - Pode não ser isso ainda, mas é um bom sinal. O chamado mercado, na verdade, são os monopólios, principalmente os monopólios financeiros.

Eles querem que o Estado intervenha na economia, sim, mas apenas para garantir sua reprodução e seus gordos lucros.

Eles, por exemplo, não reclamaram que o governo liberou para os bancos cerca de R\$ 1,2 trilhão num abrir e fechar de olhos e, ainda por cima, encaminhou para o Congresso o chamado “orçamento de guerra”, que, dentre outras coisas, autoriza o Banco Central a comprar títulos dos bancos, que foram apodrecendo ao longo dos anos.

Eles só se interessam pela economia real quando é para se apropriar do valor ali gerado.

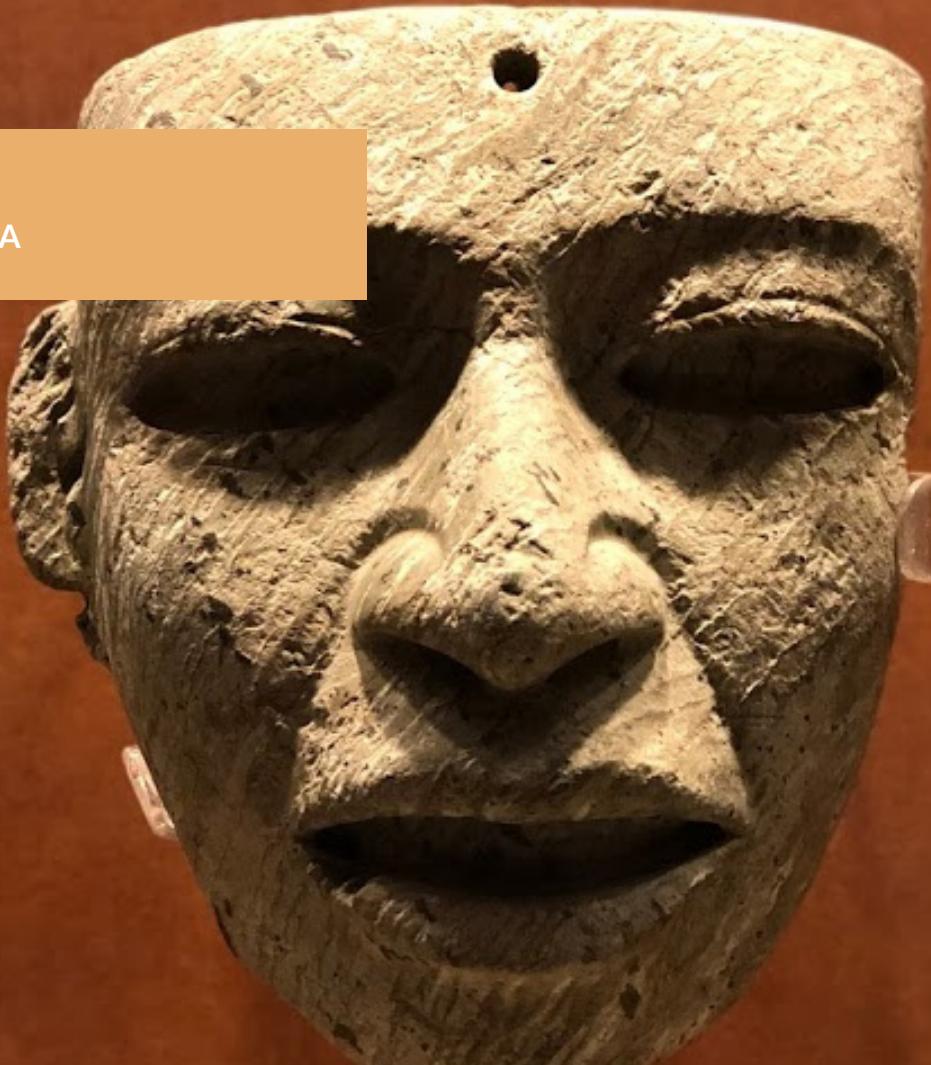
As chamadas reformas, como já demonstrou a trabalhista e a previdenciária, não são outra coisa do que retirar direitos do povo e dinheiro da economia real para encher as burras dos bancos de dinheiro.

HORA DO POVO - Outra crítica de representantes do mercado financeiro ao programa defendido por Braga Netto é que ele seria irresponsável do ponto de vista fiscal, já que o país deverá sair da crise do coronavírus com um aumento da dívida pública e deverá adotar políticas de austeridade fiscal e não de frouxidão fiscal. O que você pensa sobre isso?

NILSON ARAÚJO DE SOUZA - Primeiro, não precisa se endividar para bancar a renda básica emergencial e os demais apoios financeiros para a economia real. Como falei antes, havia no Tesouro R\$ 1,3 trilhão; além do que, como também me referi antes, o governo pode emitir moeda sem incidência inflacionária ou endividar o Tesouro junto ao Banco Central, como defende o prof. Oreiro.

Na verdade, o endividamento de um ente público federal com outro é como se fosse dívida zero. Fica tudo em casa.

A insistência em políticas de “austeridade”, isto é, corte de investimento, de gasto social, de direitos e do salário do trabalhador e de crédito, já demonstrou que, além de não equilibrar as contas públicas, acarreta como resultado estagnação e recessão, desemprego e empobrecimento da população.



BOZOVÍRUS E CORONARO: DUPLA MORTÍFERA PARA DIZIMAR A CULTURA

MARCUS VINICIUS DE ANDRADE

Quando no início de 2019 este OBSERVATÓRIO DA DEMOCRACIA (3) deu início à sua tarefa de monitorar em tempo real o (des)governo do capitão Bolsonaro, provavelmente jamais imaginaria que passados apenas 15 meses, todo aquele quadro negativo que já então se prenunciava para a cultura iria ganhar contornos muito mais graves e, por que não dizê-lo?, assustadores porque arautos do fim.

Se antes suspeitávamos que no âmbito governamental só teríamos (como efetivamente tivemos e ainda temos) ódio declarado à arte e à ciência, autoritarismo e incompetência gestora, letargia, ignorância cultural, flerte com o nazifascismo, aparelhamento da máquina estatal por bolsominions e milicianos, etc., hoje constatamos que o que seria ruim tornou-se de fato muito pior: com a irrupção da pandemia do coronavírus, a perspectiva agora é de uma verdadeira hecatombe para a cultura, em escala planetária, aliás. O mundo efetivamente terá de repensar a cultura, após a crise. No Brasil, as estatísticas mostram que o coronavírus parece estar apostando corrida com o Capitão Fanfarrão para ver quem extermina a cultura mais depressa: cientes de que o páreo será difícil, ambos os contendores deram-se as mãos e associaram-se no Goebbels Inn, um perfeito condomínio pró-assassinato cultural.

Ainda que o mundo da cultura já estivesse atento a esse contubérnio, foi o Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo, através de sua Diretoria, presidida pelo Prof. Nilson Araújo, uma das primeiras entidades culturais a denunciá-lo pública e detalhadamente com veemência, em documento intitulado *Em Defesa da Vida, Basta de Bolsonaro!*, datado de 31.03.2020. Nesse documento, o Sindicato aponta não apenas a hedionda política do governo contra a cultura, a arte, a literatura e a comunicação, mas também demonstra que ela compõe – e agrava – a crise econômica, social e política em que o Brasil se arrasta desde 2014.

Vai adiante o Sindicato dos Escritores ao explicitar que, além da profunda crise sanitária em que ora nos debatemos, o país também passou a sofrer constantes ameaças de violação à sua democracia, junto a uma redução drástica da produção e do emprego e nova(s) ameaça(s) golpista(s) por parte do chefe do grupo palaciano. Esse conjunto de fatores, por si só altamente explosivo, não tem recebido das autoridades brasileiras uma atenção minimamente equivalente à que outros países do mundo estão concedendo às suas economias nestes tempos de crise. Pelo contrário, e é o próprio Sindicato quem o afirma, em lugar de priorizar a garantia de emprego dos trabalhadores e a proteção da população mais vulnerável (desempregados, subempregados, trabalhadores informais e autônomos), o 'governo' vem se perdendo em decisões meramente paliativas e circunstanciais, quando não francamente hostis ao povo brasileiro, como a Medida Provisória que suspendia os contratos de trabalho – e por consequência os salários – por quatro meses; ou a concessão de auxílios financeiros insuficientes e até vergonhosos, que melhor seriam se fossem chamados de bolsas-miséria. E que para a Economia da Cultura seriam absolutamente inócuas.

Será essa política anticultural do governo vem sendo impactada pelo agravamento da crise do coronavírus, como indaga o Sindicato dos escritores paulistas? Não há por que duvidar disso, a julgar pelo que ocorre na principal área de atuação dos escritores, o mercado editorial.

Segundo Marcos Pereira, editor e presidente do SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros, com a pandemia do coronavírus e o fechamento do varejo estima-se que esse mercado terá uma redução de 70% em suas receitas, retração muito mais grave que a causada pelas dificuldades das duas maiores redes de livrarias nacionais.

Em razão desse quadro, muitas editoras do país, das maiores às mais modestas, estão suspensando lançamentos por prazo indeterminado, ainda que já esteja havendo, entre os principais players da atividade (editoras, escritores, distribuidores, gráficas, etc.) uma concertação para que práticas e preços sejam melhor compatibilizados, de forma a minimizar, até onde for possível, os impactos da crise: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauricio-meireles/2020/03/editoras-prendem-a-respiracao-com-novo-coronavirus.shtml>.

Por outro lado, feiras e eventos literários similares foram cancelados, não só no país como em todo o mundo, privando os escritores da fonte adicional de renda que tinham com palestras, conferências, cursos e noites de autógrafos. Para grande parte do primeiro escalão bolsonarista, que tem notória incompatibilidade de gênero com os livros, essa crise do setor editorial pouco ou nada significa; mas para estudantes, pesquisadores, professores, leitores contumazes ou simples amantes das letras, essa crise terá efeitos desastrosos, a começar pelo fato de poder desestabilizar, por alguns meses ou anos, o mercado editorial nacional que tão arduamente vinha sendo consolidado.

Para outros setores da cultura, o prejuízo causado pelo coronavírus, alavancado pela inépcia governamental, também se faz sentir com intensidade.

O Prof. João Luiz de Figueiredo, coordenador do mestrado profissional em gestão de economia criativa da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing, estima que o prejuízo no setor cultural (que responde por 2,64% do PIB brasileiro) pode ultrapassar neste ano os 100 bilhões de reais.

Para Figueiredo, o fundamental no momento é impedir a falência das empresas do ramo, que em 2018 agregavam 5,12 milhões de pessoas, segundo o IBGE.

Registre-se, além do mais, que grande parte dos profissionais da cultura trabalham por demandas ocasionais e não têm vínculos formais de emprego, o que significa dizer que os prejuízos da área cultural podem ser superiores aos 100 bilhões estimados pelo Prof. Figueiredo, se consideradas a informalidade e as perdas de receitas em negócios indiretos mas tangenciais à cultura propriamente dita (como alimentação, transporte, publicidade, etc.).

Os prejuízos são mais diretamente sentidos nas atividades que dependem de público, como teatro, cinema e shows, cujos fluxos de caixa são mantidos em função das receitas das bilheterias, ora paradas devido à interrupção das apresentações e às restrições ao ajuntamento de pessoas.

Segundo a ABRAPE - Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, 51,9% dos eventos programados para 2020 no Brasil foram cancelados, adiados ou estão em situação incerta devido à pandemia.

Enquanto a crise na cultura se expande pra valer, as estruturas governamentais se omitem ou adotam providências cosméticas e/ou paliativas: para a Profa. Silvia Finguerut, coordenadora de projetos da FGV - Fundação Getúlio Vargas, os R\$ 600 propostos pelo governo para amenizar o impacto da pandemia sobre os trabalhadores informais, assim como as acanhadas linhas de microcrédito, como a oferecida pelo estado do RJ (juros de 0,25% ao mês para limites de até R\$ 21 mil) ou a disponibilizada pelo estado de SP (juros de 0,35% ao mês para valores até R\$ 20 mil), poderiam até ajudar a reiniciar os negócios, mas seriam insuficientes para mantê-los, visto que o público continuaria ausente, confinado em casa.

Para os trabalhadores da cultura, em geral indivíduos melhor remunerados do que a média nacional, tais verbas são, no dizer de Finguerut, “quase uma caridade” que, além do mais, podem ocasionar o êxodo em massa dos trabalhadores da área. Ou seja, uma vergonha para a cultura. (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/impacto-do-coronavirus-na-cultura-sera-de-mais-de-r-100-bilhoes-diz-especialista.shtml>).

Segundo os produtores, o setor de entretenimento está quase à beira do colapso, com cerca de 580 mil profissionais sob risco de desemprego no Brasil, após a pandemia do coronavírus (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/580-mil-podem-ser-demitidos-no-setor-cultural-apos-coronavirus-diz-pesquisa.shtml>).

Diz-se que esta é a maior crise da indústria da música ao vivo, tanto nacional quanto internacionalmente (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/industria-de-shows-ja-sente-impacto-do-que-pode-ser-a-maior-crise-da-historia.shtml>), o que não está longe de ser exagero.

A alternativa possível, que seria a migração dos programas culturais para o universo virtual tem-se mostrado problemática, não apenas porque este continua sob o controle dos quatro gigantes da tecnologia (Apple, Amazon, Facebook e Google), que com suas empresas-satélites do ramo do entretenimento dominam quase todo o fluxo de acessos e informações culturais na rede, como também porque o aumento do streaming em razão da pandemia está trazendo junto o crescimento da velha pirataria, que faz com que os usos ilegais de conteúdos culturais corroam os legítimos ganhos de criadores e produtores e inviabilizem muitos negócios na rede. Assim, a crise da cultura desloca-se do analógico para o digital, mas continua sendo crise e com prejuízos talvez maximizados. (ver <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/streaming-tem-estouro-de-audiencia-com-pandemia-mas-pirataria-tambem-cresce.shtml>). Prova de que o coronavírus vem afetando direta e profundamente o mercado está também no fato de que o ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição prevê que deixará de arrecadar e distribuir neste ano, cerca de 140 milhões de reais, apenas em direitos de execução pública de obras musicais, o que não inclui receitas obtidas com shows e concertos, nem tampouco com vendas de CDs, DVDs e outros suportes (ver <https://veja.abril.com.br/entretenimento/ecad-preve-queda-de-r-140-milhoes-na-arrecadacao-de-direitos-autoriais/>). Se consideradas as perdas nestes segmentos, o prejuízo na área musical como um todo será imensurável.

Se servir de consolo, registre-se que, devido ao coronavírus, a crise na área da cultura é mundial e igualmente avassaladora. Não deixa de ser irônico que o país mais rico do mundo, os Estados Unidos, que em 2017 teve um investimento público em artes e cultura de US\$ 4 per capita (muito abaixo dos da Finlândia e da Alemanha no mesmo período, com US\$ 95 e US\$ 30 per capita, respectivamente) seja aquele que, no mundo desenvolvido, tenha a indústria cultural mais vulnerável ao mercado.



Entre fins de março e começos de abril deste ano, cerca de 10 milhões de pessoas perderam o emprego nos EUA, a maior economia do mundo, onde se estima que o desemprego chegará em breve a 32%, o que é assustador se levar-se em conta que, no auge da Grande Depressão de 1933, menos de um quarto dos trabalhadores norte-americanos foram afetados. Tem-se por certo que grande parte dos empregos a serem perdidos estarão na área da cultura e do entretenimento, como já sugerem alguns indícios: 21 produções da Broadway foram canceladas e as perdas com vendas de ingressos já montam a 100 milhões de dólares; os teatros off-Broadway e as produções regionais estão em risco de fechar definitivamente devido à pandemia; os museus de Nova York estão parados desde 12 de março e mesmo o Metropolitan, o terceiro mais visitado do mundo, já estima um prejuízo inicial também da ordem de 100 milhões de dólares. Buscando debelar essa crise, inúmeras estratégias estão sendo traçadas por intelectuais e artistas dos EUA, os quais se inspiram, inclusive, nas políticas do Presidente Franklin Delano Roosevelt, que, em plena Grande Depressão, instaurou o Works Progress Administration, o mais ambicioso projeto de financiamento cultural da história americana, que empregou dezenas de milhares de artistas plásticos, músicos, escritores e atores, entre os quais o pintor Jackson Pollock, o dramaturgo Arthur Miller, o diretor Orson Welles e a fotógrafa Berenice Abbott, que depois do auxílio recebido, tornaram-se grandes ícones da cultura norte-americana. Muitos nomes da atual cultura dos EUA pleiteiam abertamente a urgente criação de um equivalente interno do antigo Plano Marshall, agora para a recuperação da cultura do país.

(<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/coronavirus-devasta-a-industria-cultural-nos-eua-que-pede-plano-marshall.shtml>).

Outros países como a Alemanha, a França, Portugal e até o pequeno Equador, que está tendo dificuldades até para enterrar seus mortos na pandemia, também vêm executando regularmente projetos de apoio às artes e à cultura, que geralmente consistem na promoção de espetáculos emergenciais de música, teatro e dança, com o fito de não deixar paralisada a Economia da Cultura, nem os artistas sem remuneração; em muitos casos, esses auxílios se dão pela concessão de bolsas, empréstimos e financiamentos públicos, ou mesmo pela complementação, pelo Estado, dos salários devidos aos artistas.

E nós do Brasil, que devemos fazer? Que bandeiras devemos sustentar para superar esse momento? São as perguntas que o Sindicato dos Escritores do Estado de São Paulo dirige a todos que hoje vivemos num cenário de filme de terror, como acertadamente definiu Sérgio Sá Leitão, ex-Ministro da Cultura e atual Secretário de Cultura e Economia Criativa do estado de São Paulo. Para Sá Leitão, o setor cultural e criativo foi um dos primeiros a ser devastado pela crise sócio-econômica gerada pelo novo coronavírus, continuando ainda a ser um dos mais impactados: entre a segunda e a terceira semanas de março, com exceção das programações por meios eletrônicos, as atividades na área foram a zero em quase todos os outros segmentos. Até agora, no Brasil, as tímidas reações governamentais em prol da cultura restringem-se, como já dito, a ajudas pontuais, geralmente de caráter assistencialista, que funcionam como tapa-buracos ou remendos para esconder a crise geral do setor. No incentivo da sobrevivência, busca-se conceder auxílios individuais a determinados trabalhadores da cultura, o que não deixa de ser importante, só que não basta: socorre-se os artistas, mas não a arte; ampara-se os músicos, mas não a música, e por aí vai...



Por mais louváveis que possam ser tais iniciativas isoladas, elas poucos significam se não estiverem atreladas organicamente a um projeto nacional de cultura, algo que até hoje o governo do capitão Bolsonara (e também os governos anteriores, a bem da verdade) sequer foi capaz de esboçar. Respondendo à indagação do Sindicato dos Escritores, a cobrança desse projeto deve ser bandeira prioritária dos setores políticos e da cidadania: sem ele, a cultura do Brasil continuará à deriva, imersa em perfumaria e sem uma espinha-dorsal que a sustente.

Caso continue apenas distribuindo migalhas assistenciais, segundo critérios e escolhas no mínimo questionáveis, o governo brasileiro pouco ou nada estará fazendo pela cultura, enquanto a dupla Bozovírus-Coronaro continuará se aperfeiçoando em dizimá-la.

Segundo o Prof. João Luiz de Figueiredo, da ESPM, para a recuperação da economia criativa nacional não bastam linhas de crédito subsidiadas: é preciso investir dinheiro público num plano do governo específico para o setor. Em havendo um consistente projeto nacional de cultura, as linhas de ação e as políticas de investimento para o setor logo ficarão definidas. Mas haverá dinheiro para isso?

Há sim. Diz o Prof. Nilson Araújo, presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo e também economista, por sinal:

"Há dinheiro suficiente para garantir emprego e salário para os trabalhadores, renda básica emergencial para os mais vulneráveis e apoio para as micro, pequena e média empresas nacionais. Basta o Banco Central seguir o exemplo mundial e praticar juro nominal zero para o conjunto da dívida pública que se economizaria cerca de R\$ 200 bilhões por ano. Basta taxar adequadamente grandes fortunas e distribuição de lucros e dividendos que se obterá receita de mais R\$ 200 bilhões.

Além disso, existe no caixa único do Tesouro um pouco mais de R\$ 1,3 trilhão. Basta suspender os obstáculos à sua utilização, como a lei do teto, que esse dinheiro estará disponível. No limite, emitir dinheiro. Em lugar de enfrentar esses problemas, o ministro da Economia promete encher as burras dos bancos de dinheiro (chegou a falar de R\$ 1,2 trilhão) e mente descaradamente sobre o montante de recursos a serem destinados aos trabalhadores e às empresas nacionais"

Hoje, a prioridade é que o povo brasileiro se proteja das duas maiores ameaças que o cercam: o coronavírus e o governo Bolsonaro. Se todos estamos em quarentena, é fundamental que, para o bem da nação, o vírus do bolsonarismo seja também imediatamente afastado. Portanto: Bozovírus, fique em casa. E não saia nunca mais!!!

(1) Publicado em 24 de abril de 2020 pelo jornal Hora do Povo <https://horadopovo.com.br/bozovirus-e-coronaro-dupla-mortifera-pra-dizimar-a-cultura/>

(2) pela Fundação Instituto Claudio Campos

(3) <https://observatoriadademocracia.org.br/>





Eleições na América do Sul em tempos de pandemia

ALEXANDRE ANDREATTA

Desde 31 de dezembro, quando a China informou a Organização Mundial da Saúde (OMS) de que um vírus (até então desconhecido) estava se espalhando pelo país, governos de todo o mundo acompanharam com apreensão os informes epidemiológicos aliados aos das tentativas do governo chinês em limitar a propagação da epidemia.

Não teve jeito. Com o passar dos dias, a velocidade com que a Covid-19 (nome oficial da doença causada pelo vírus Sars-Cov-2) como foi chamado o novo coronavírus, se disseminou pelo mundo, transformou-se em pandemia.

O vírus tem demonstrado seu alto poder de transmissibilidade e virulência, impactando a vida política de países conforme a evolução e o compartilhamento de informações que emergem a todo momento.

A Covid-19 vem atrasando processos eleitorais no mundo a uma nível sem precedentes, o que afetará o contrato social entre governos e seus cidadãos. Diante deste quadro, as autoridades eleitorais estão buscando medidas para o enfrentamento desta emergência de saúde pública global.

Como medidas de segurança que evitem contato massivo, contagem de votos sem aglomerações e com transparência garantida, além da participação eleitoral, são alguns desafios que países terão a partir da crise Covid-19.

A rigor, é possível perceber o desafio que a crise apresenta para os princípios fundamentais que norteiam um processo eleitoral: transparência, inclusão e legitimidade. Geralmente, estes processos eleitorais ocorrem em ambientes que gerem esses princípios.

Em 2019, na realização da 14ª Reunião Anual de Implementação da Declaração de Princípios para a Observação Eleitoral Internacional, realizada em Varsóvia, Polônia, organizações internacionais de todo o mundo apresentaram e discutiram metodologias para observação de processos eleitorais. Desta forma, houve o compartilhamento de experiências em matéria eleitoral. Temas como TICs, redes sociais, novas ferramentas para processos eleitorais e observação pela sociedade civil organizada foram exaustivamente debatidos. Nenhum tópico ligado a crises globais ou de emergências sanitárias em processos eleitorais foram discutidos. É por isso que hoje, muitas das instituições que realizam observação eleitoral se encontram rediscutindo esta nova situação que se apresenta.

Dependendo do grau de interrupções geradas pela Covid-19, a organização e realização de eleições pode ser muito difícil ou até impossível. Segundo estudos do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA)(2), entre os dias 21 de fevereiro e 30 de abril, 53 países decidiram adiar seus processos eleitorais. Outros 20 realizaram eleições com diferentes medidas e resultados que poderiam ter afetado não apenas o campo da saúde, mas também a legitimidade do voto. Isso pode acontecer especialmente em países onde o sufrágio é estritamente presencial, excluindo certos setores da cidadania, impossibilitados pela emergência de saúde.

Na América do Sul, em especial nos Estados do MERCOSUL, incluindo Bolívia(3), Chile(4) e Venezuela(5) organismos eleitorais nacionais tiveram suas atividades interrompidas, exceto Argentina e Brasil, devido ao aprofundamento da pandemia. Segundo cronograma eleitoral mapeado pelo Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL (ODPM), Bolívia, Chile, Brasil, Paraguai e Venezuela devem realizar processos eleitorais em 2020.

Bolívia

É o caso da Bolívia, que num cenário pré-epidemia, tinha o desafio de realizar eleições gerais após a anulação do pleito em 2019. O Organismo Eleitoral Plurinacional (OEP), que organiza, administra e executa os processos eleitorais, tem em suas mãos a difícil tarefa não apenas de garantir a confiabilidade das eleições, mas também de tomar medidas extraordinárias para se evitar uma crise sanitária. data para eleições gerais de 2020.

É por isso que o órgão eleitoral, em expressão do seu presidente, em fóruns que tem participado, afirma estar analisando distintos protocolos a serem implementados neste caso particular de pandemia. Diante da ameaça de saúde pública, a sala Plena do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), o mais alto nível de autoridade do OEP, adiou, em 21 de março, o calendário eleitoral por 14 dias. Uma nova data provisória foi criada, realocando as eleições para 17 de maio como uma medida para salvaguardar a saúde da população devido à referida pandemia. Porém, em 26 de março, informou que havia submetido à Assembléa Legislativa Nacional, para consideração, um Projeto de Lei para definição de uma nova



O projeto apresentado possuía três elementos básicos. Primeiro, propunha um intervalo de datas em que a votação deveria ser realizada, entre os dias 7 de junho e 6 de setembro de 2020. Segundo, dentro desse período, o TSE definiria uma data para a votação respaldado em considerações técnicas, avaliações científicas que derivam de estimativas da provável evolução da pandemia, além de experiências internacionais. Terceiro, de acordo com o princípio da exclusão, as atividades realizadas até o momento seriam encerradas; portanto, a retomada do processo eleitoral será feita a partir do ponto exato em que foi suspenso. A proposta prosperou, porém com outro entendimento. Enquanto a proposta do TSE, previa realizar as eleições em um período que variava de junho à setembro, a ALN aprovou nova lei em 30 de abril. Nela, o novo prazo previsto seria de 90 dias para as eleições, partindo do dia 3 de maio. A data seria a mesma prevista anteriormente na decisão de 20 de novembro de 2019. Assim, as eleições devem ser realizadas antes de 2 de agosto.

O executivo rejeitou a iniciativa e devolveu o texto ao parlamento, afirmando que o país não deve ir às urnas sem que tenha passado "pelo ponto crítico" das infecções pela Covid-19. O governo também apresentou um recurso ao Tribunal Constitucional (TC), pela constitucionalidade da lei aprovada. Embora a norma esteja agora nas mãos do TC, em algum momento as eleições deverão ocorrer com todos os desafios nela expostos. Mesmo diante deste cenário, o organismo eleitoral segue trabalhando.

Brasil

No Brasil, embora a Justiça Eleitoral exerça o papel institucional da realização dos processos eleitorais, não é ela quem define as regras eleitorais. Nesse caso, a Justiça Eleitoral não poderia modificar o calendário eleitoral, pois a data da eleição e demais prazos a ela relacionados estão previstos em lei e na Constituição.

Diante da regra constitucional e por sua vez legal, definindo a data das eleições para o primeiro domingo de outubro, é que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) editou a Resolução 23.606/197 (6), dispondo sobre o calendário eleitoral para as eleições municipais de 2020, assim fixando em 4 de outubro de 2020 a data do pleito. Assim, para que o TSE possa modificar o calendário eleitoral, diante da crise da Covid-19, somente mediante prévia aprovação de emenda constitucional e projeto de lei que reformule a lei 9.504/97 (7) alterando, dessa forma a data do pleito.

Mesmo o Brasil tendo se tornado o epicentro da pandemia no MERCOSUL, o TSE, por hora, mantém rígido o calendário. Até porque, como já dito, a alteração da data das eleições é de competência exclusiva do Congresso Nacional e não da Justiça Eleitoral. Até o momento, o TSE não manifestou publicamente medidas ou protocolos adicionais para um cenário ainda pandêmico, quanto na realização da próxima eleição.

Chile

A partir de protestos sociais em 2019, o Congresso chileno aprovou a realização de um plebiscito para reescrever a Constituição. O processo, contudo, precisou ser adaptado diante do avanço da pandemia, forçando mudanças nos prazos em que consultará à cidadania se aprecia ou rejeita a elaboração de uma nova Constituição e como à realizará. A resposta foi rápida.

Em 19 de março, houve um entendimento entre setores da sociedade e partidos políticos, fazendo com que a emenda constitucional que permite o adiamento do plebiscito fosse aprovada no Congresso em 24 de março. Foi promulgada pelo Presidente da República e publicada em 26 de março, entrando em vigor em 29 de março. Foram apenas dez dias após o entendimento, ficando a data 29 de março, fixando a data de realização do Plebiscito Nacional até 25 de outubro próximo.

Com ele, também ocorreu o reagendamento de todo o cronograma eleitoral de 2020, visto à eleição de prefeitos e governadores que também deveriam ocorrer no ano corrente. A nova data fixada para o pleito foi 29 de novembro. Para 11 de abril de 2021, ficaram as Eleições Gerais para Prefeitos, Conselheiros, Governadores e Constituintes (este último no caso da opção "Aprovar" vencer no plebiscito de 25 de outubro), concluindo em 9 de maio de 2021: segundo turno para eleição dos governadores.

Diante dessa readequação, o Serviço Eleitoral do Chile (Servel), permitiu a reabertura do Registro Eleitoral, a fim de atualizá-lo com as alterações de domicílio eleitoral solicitadas pelos eleitores, bem como com outras alterações de dados pessoais, qualificação eleitoral e outras trocas que o estipulem em lei. O Chile possui um duplo desafio: realizar eleições num ambiente pós-pandêmico, driblando a baixa participação que tem caracterizado seus últimos processos eleitorais.

Paraguai

No Paraguai, os prazos estabelecidos para as Internas Simultâneas dos Partidos Políticos, Movimentos e Concertações e para as Eleições Municipais, foram suspensas pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE). A medida, segundo o organismo, visou colaborar com as restrições impostas pelo governo para mitigar a disseminação da Covid-19.

Através de uma Resolução N.41/2020 (8) o tribunal suspendeu os termos estabelecidos pela Resolução N.13/2020 (9) expedida anteriormente pelo próprio tribunal.

Essa Resolução estabelecia como a nova data para as Eleições de Intendentes e Membros de Câmaras Municipais, em 29 de novembro; e as Eleições Internas Simultâneas dos Partidos Políticos, Movimentos e Concertações, agendadas para o próximo dia 2 de agosto. A nova Resolução, define que, levando em consideração as medidas adotadas pelo Governo Nacional para impedir a disseminação do Covid-19, é pertinente suspender os prazos estabelecidos no Cronograma Eleitoral, para contribuir com as medidas sanitárias recomendadas pelo Ministério da Saúde Pública e Previdência Social. Da mesma forma, as autoridades do mais alto órgão eleitoral tiveram em vista o disposto no Decreto nº 3490, de 28 de março de 2020, do executivo que prevê, entre outras coisas, isolamento preventivo geral por razões sanitárias em todo o território nacional.

Diante da recomendação do TSJE, a Câmara de Senadores do país propôs a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores por um ano. Após ser enviado para a Câmara dos Deputados, o plenário aprovou o projeto, com modificações e, devolveu à Câmara dos Senadores, o projeto de lei “Que modifica parcial e temporariamente o artigo 154 da Lei nº 834/1996, que estabelece o Código Eleitoral do Paraguai, para os efeitos das eleições municipais do ano 2020 e estabelece um novo calendário eleitoral para as eleições municipais do ano 2020”.

A Comissão de Assuntos Constitucionais e a Comissão de Legislação e Codificação da Câmara dos Deputados, respectivamente, determinaram que uma seção seja estabelecida neste regulamento. Desta forma, na única época em 2021, sejam eleitas autoridades municipais com duração de 4 anos, em vez dos habituais 5 anos.

Essa excepcionalidade foi uma recomendação das autoridades do TSJE. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto com modificações e devolveu à Câmara dos Senadores. É papel destes revisar e, caso não haja alteração, aprovar e enviar ao executivo para sanção presidencial.

Tendo em conta que o Paraguai também terá uma mudança do seu sistema eleitoral, com a implementação do voto eletrônico, novos protocolos deverão ser adotados.

Uruguai

A Corte Eleitoral (CE) uruguaia foi o primeiro organismo eleitoral dos países do MERCOSUL, incluindo Bolívia, Chile e Venezuela, a provocar o sistema político sobre os problemas de se realizar eleições em estado de emergência na área de saúde. Em 16 de março o organismo eleitoral, informou aos partidos políticos e ao Congresso Nacional que não poderia "garantir o desenvolvimento normal do processo eleitoral" previsto para maio. Assim, a resposta veio em 8 de abril, quando foi promulgada a lei 19.875/2020. Votada pelo parlamento, afirma que diante do estado de emergência sanitária nacional e da implementação de medidas destinadas a preservar a saúde dos habitantes da República, não existem garantias para a realização de eleições num cenário de crise, autorizando a CE a estender neste caso e pela única vez a data das eleições departamentais e municipais, o mais tardar no domingo, 4 de outubro de 2020.

Ficou então decidido estender para domingo, 27 de setembro de 2020 a celebração das eleições departamentais e municipais previstas no artigo 77 da Constituição da República que aconteceria em 10 de maio. Assim, a CE segue discutindo diversas medidas de segurança sanitária para que mantenham, na medida do possível, a participação segura dos eleitores no pleito de outubro.



Venezuela

Já a Venezuela, apresenta problemas adicionais aos da pandemia. No dia 7 de março, um incêndio criminoso, no armazém do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) em Mariche, no estado de Miranda, destruiu a maior parte das urnas eletrônicas que estavam armazenadas no local que guarda todo o equipamento usado nas eleições.

De acordo com a imprensa venezuelana, entre os equipamentos haviam atas eleitorais, malas de transporte, baterias reserva e transmissores e leitores de impressões digitais. Apesar dos esforços para recuperar o material, pouco foi salvo.

O órgão eleitoral venezuelano ao momento não manifestou se existem condições técnicas para a realização das eleições a partir do episódio, por outro lado o executivo nacional manifestou em entrevista recente, em 18 de abril que a prioridade do país deve ser a do combate à pandemia.

A realização de eleições, portanto, seria irresponsável, afirmado ainda, que se necessário, a decisão de postergar o processo deverá ser tomada pelo Supremo Tribunal de Justiça (TSJ), determinação que deveria ser tomada pelo CNE. Ademais, o processo eleitoral está constitucionalmente fixado para este ano.

O incêndio criminoso e a pandemia ocorrem em um momento em que o desafio no país não será apenas o da emergência em saúde, mas o de convencer seus cidadãos e a comunidade internacional de que um processo eleitoral previsto em constituição será realizado, e quando isso acontecerá.

Entre experiências e iniciativas

São poucas as experiências em matéria eleitoral que contemplam em sua legislação, possibilidades de readequação para cenários de crise como esse que enfrentamos.

De acordo com a experiência de outros países, é possível afirmar que um dos maiores riscos na realização de eleições em cenários de crises é a da abstenção. Se este fenômeno já ocorre em situação de normalidade, tende a se tornar uma variável ainda mais importante num cenário de pandemia.

Se os protocolos de saúde pública visam evitar aglomerações, a participação se torna mais difícil em uma eleição que exija com que o eleitor saia de sua casa e compareça a um colégio eleitoral.

Porém, inovações estão sendo apresentadas e um dos exemplos com bons resultados é o da Coreia do Sul. Sendo um dos primeiros países a controlar o surto com um sistema de testes em massa, realizou a eleição para 300 membros da Assembléia Nacional, após uma campanha exclusivamente virtual, a votação teve uma participação de 65,1%, a mais alta de sua história democrática.

O organismo eleitoral sul-coreano readequou sua engenharia eleitoral, estabelecendo distintos cronogramas para que cidadãos que estavam em quarentena pudessem votar, também permitiu o sufrágio via postal e eletrônico para os cidadãos infectados. O uso de máscaras, desinfetantes e o protocolo de distanciamento, de um metro e meio, no mínimo, entre as pessoas foi imposto para aqueles que foram até os colégios eleitorais. Passadas duas semanas desde o pleito, não houve aumento significativo de novos casos. Isso demonstra que medidas sanitárias e de segurança podem ser incorporadas à engenharia eleitoral, de forma a proteger aqueles que operam o processo eleitoral e os eleitores. Embora tenha sido uma experiência positiva, em países como a França ou o Irã a abstenção esteve próxima dos 20%. Na França, o primeiro turno das eleições regionais foi realizado em 15 de março, um dia após o governo determinar o fechamento de empresas, restaurantes, cinemas e instalações esportivas.

Não obstante, o número de países que decidiram suspender seus processos eleitorais é maior do que aqueles que decidiram realizá-los.

Os resultados destes últimos já alertam sobre como o controle de contágio pode influenciar o nível de participação dos eleitores. Em Países do MERCOSUL, Bolívia, Chile e Venezuela, exceto no Chile, o voto é obrigatório, e no caso do não voto, é aplicado ao eleitor uma multa e/ou restrição à alguns tipos de procedimentos civis.

Manter o nível de participação e a sua vez, cumprir com as medidas sanitárias para não prolongar a pandemia devem ser tónicas. Os países precisarão adotar medidas máximas possíveis de segurança sanitária para que mantenham, na medida do possível, a participação no processo.

Diante desta situação, os parâmetros constitucionais e legais devem ser cuidadosamente analisados. Todo o intento de adiamento dos processos eleitorais devem ser analisados país por país.

Visto que "as eleições são a oportunidade para os cidadãos reconfirmarem, removerem ou substituirem um representante ou governo eleito. A decisão de adiar uma eleição suspende os direitos políticos e, como tal, compromete o contrato social entre um governo e seus cidadãos" (10).

Considerações finais

Diante deste cenário incerto, é preciso readequar engenharias eleitorais. Os organismos eleitorais devem buscar as melhores respostas possíveis, levando em consideração o arcabouço legal que cada país possui aliados a sua factibilidade. Uma eleição não é apenas o dia em que o eleitor deposita seu voto, estágio de maior interesse. O processo exige todo um cronograma que, diante da crise da Covid-19, que em alguns casos necessitam de readequação. Medidas de segurança devem ser garantidas para os operadores do processo eleitoral e para os eleitores. Também é preciso levar em conta o papel dos fiscais, delegados partidários que respondem aos partidos políticos e também são responsáveis pela transparência do processo.

Mais do que nunca, é preciso pensar e repensar as formas de se fazer campanha política, sejam partidos e movimentos políticos, ou candidatos. Embora uma das medidas preventivas seja evitar a concentração de pessoas, o desafio será estimular os cidadãos por meio de novas plataformas.

O adiamento de uma eleição implica riscos para os tomadores de decisão. Embora possa ser a opção mais viável e responsável do ponto de vista da saúde pública, a decisão pode abrir precedentes. Os governos precisam seguir caminhos claros até o reestabelecimento das rotinas eleitorais. Portanto, é preciso cautela. Devemos vencer os desafios que a pandemia da Covid-19 nos apresenta de maneira a não minar a tão frágil confiança pública e, ao mesmo tempo, evitar qualquer conflito potencial para a realização de eleições credíveis.

A melhor medida ainda é a da conscientização pública, criando condições para a realização de processos eleitorais, que idealmente, devem ser realizados quando os protocolos de saúde permitirem. É dever do cidadão e dos agentes públicos sempre estar atentos aos princípios fundamentais que norteiam um processo eleitoral: transparência, inclusão e legitimidade, aliados à protocolos e recomendações de saúde, antes inexistentes.

(1) Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) - Diretor Executivo do Observatório da Democracia do Parlamento do MERCOSUL

(2) Panorama global do impacto da Covid-19 nas eleições (tradução livre) - <https://www.idea.int/es/news-media/multimedia-reports/panorama-global-del-impacto-del-covid-19-en-las-elecciones>

(3) O protocolo de adesão do país ao MERCOSUL foi celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015. Porém, ainda aguarda ratificação do congresso brasileiro.

(4) O país atua apenas como membro associado. Também é signatário do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático do MERCOSUL.

(5) A Venezuela foi suspensa do MERCOSUL em 05/08/2017 por 'ruptura da ordem democrática' - <https://www.mercosur.int/suspension-de-venezuela-en-el-mercosur/>

(6) Calendário Eleitoral para as Eleições Municipais de 2020 - <http://sintse.tse.jus.br/documentos/2020/Jan/7/eleicoes-2020-normas-e-noticias/resolucao-no-23-606-de-17-de-dezembro-de-2019-calendario-eleitoral-eleicoes-2020>

(7) Lei das eleições - <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/leis-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>

(8) nº 41/2020 de 30 de março - Suspensão dos termos estabelecidos na Resolução TSJE nº 13/2020 "" Com a modificação da programação eleitoral das eleições de intendentes municipais e conselheiros do período 2020-2025 "

(9) nº 13/2020 de 11 de março - Modificação da programação eleitoral das eleições de intendentes e conselheiros municipais do período 2020-2025

(10) Eleições durante o COVID-19: Considerações sobre como proceder com cautela (tradução livre) - <https://www.idea.int/news-media/news/elections-during-covid-19-considerations-how-proceed-caution>



WWW.REVISTALATINOAMERICA.COM